

9.2 MEIO SOCIOECONÔMICO

9.2.1. Meio Socioeconômico da Área de Influência Indireta - AII

Neste nível, o estudo do meio socioeconômico tem por objetivo identificar os elementos centrais que conformam à dinâmica social e econômica da Área de Influência Indireta do empreendimento, de modo a permitir a identificação do significado do mesmo para a região e subsidiar a análise dos impactos que dele poderão decorrer.

Considerou-se a AII do meio socioeconômico a soma dos territórios dos municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira, diferentemente do diagnóstico dos meios físico e biótico, que considerou as Zonas de Planejamento do PCJ interceptadas, conforme já detalhado anteriormente.

Este estudo consiste em uma análise socioeconômica local, que considera a situação pretérita e atual dos Municípios de Itatiba, Louveira e Jundiaí, realizando uma análise a partir da realidade dos municípios e das comunidades que podem estar sob influência da Implantação da Rodovia.

Nos itens abaixo serão abordados temas relativos ao *Histórico de Ocupação Humana e Econômica; Demografia; Saneamento; Infraestrutura Viária; Saúde e Educação; Condições Domiciliares; Indicadores de Qualidade de Vida; Atividades Econômicas; Trabalho e Renda; Uso e Ocupação do Solo; Patrimônio histórico, cultural e arqueológico; Comunidades Tradicionais; Projetos de Assentamento Rural e Transporte.*

9.3.1.1. Histórico de Ocupação Humana e Econômica

➤ *Município de Itatiba*

O território do atual Município de Itatiba foi povoado no início do século XIX, quando fugitivos da prisão de Vila Nova de Constituição (Piracicaba) se fixaram em uma pequena povoação. A partir de então, e em função da qualidade de suas terras, o pequeno bairro foi progredindo.

Em 1792, no núcleo habitacional que possuía 42 famílias, foi construída uma pequena Capela. O local passou a ser o centro religioso e social da antiga comunidade do Bairro de Atibaia, recebendo uma forte corrente migratória.

Diante dessa circunstância, os moradores decidiram construir uma outra capela para substituir a primitiva então localizada no bairro do Cruzeiro. Antônio Rodrigues juntamente com seu amigo Raimundo Cardoso de Oliveira adquiriram, uma grande gleba na colina vizinha, no quadrante leste, muito mais suave e propícia para a constituição do núcleo urbano. Em agosto de 1823 a escritura dessas terras foi registrada no cartório de Jundiaí, sendo, em seguida, doadas como patrimônio da Capela do Belém. Assim, foi possível delimitar a cidade e abrir as primeiras ruas, largos e praças, hoje localizadas no centro da cidade de Itatiba.

Em 1830, a povoação que se formou junto à capela, foi elevada à freguesia com denominação de Belém de Jundiaí, por pertencer àquele município.

Itatiba permaneceu subordinada a Jundiaí por mais 27 anos, mas a relação entre os dois núcleos começou a se desgastar por volta de 1850, época em que o café foi introduzido na cidade. Em 1856 a situação já estava no limite e, por isso, os Itatibenses elaboraram um abaixo-assinado, solicitando que a Freguesia fosse transformada em Vila, fato este que traria a tão esperada autonomia política.

O documento foi enviado à Assembleia Legislativa paulista e o projeto foi aprovado em 20 de fevereiro de 1857, o que originou a Lei nº 553 que criava a Vila do Belém de Jundiaí. No dia 1º de novembro do mesmo ano, tomaram posse os primeiros vereadores eleitos.

No ano de 1876, a vila foi promovida a cidade e a modificação de seu nome ocorreu em 1877, época em que passou a se chamar Itatiba, que significa "Muita Pedra" na língua Tupi.

A primeira grande riqueza da cidade foi o café. Na segunda metade do século XIX, Itatiba, que fazia parte da área pioneira do plantio em direção ao Oeste Paulista, alcançava uma grande produção. Tal fato proporcionou um enorme desenvolvimento econômico para a cidade que, devido a sua grande produção, possuía inclusive uma ferrovia, a "Estrada de Ferro Carril Itatibense".

Após sucessivas crises, dentre elas a de 1929, a produção decaiu e Itatiba passou a adotar um perfil mais industrial. As primeiras grandes indústrias que se instalaram no município pertenciam ao ramo têxtil, de fósforos e de calçados.

A partir da década de 1960, a cidade passou por um novo período de desenvolvimento com a instalação de indústrias vinculadas ao ramo moveleiro, com a característica principal de produzir móveis com estilo colonial. Por essa especialidade, Itatiba passou a ser conhecida como a "Capital Brasileira do Móvel Colonial".

Atualmente, cidade conta com uma indústria diversificada, mas também com atividades agrícolas onde se destaca a produção de vagem e caqui. Itatiba é uma cidade com um grande potencial turístico, onde se desenvolvem várias atividades ligadas ao Turismo Rural, Histórico-Cultural e eventos.

➤ *Município de Jundiaí*

Os primeiros colonizadores chegaram à região em 1615. Apesar das controvérsias dos historiadores, a versão mais aceita sobre a fundação do município remete à vinda de Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes que, por motivações políticas, fugiram de São Paulo e refugiaram-se nos arredores, fundando a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, posteriormente elevada à categoria de Vila em 14 de Dezembro de 1655.

Os colonizadores acabaram por expulsar os grupos indígenas que residiam na região. A origem de Jundiaí está ligada diretamente ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação da antiga Capitania de São Vicente.

A antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro prosperou desde o início de sua formação em virtude de construir ponto de apoio para as expedições que se dirigiam aos sertões, que aí se abasteciam de gêneros produzidos pelos seus habitantes. Sua economia passou por uma fase de estagnação após 1695, durante o apogeu do ciclo da mineração, reativando-se contudo depois de 1785, quando a agricultura se fortaleceu com a cana de açúcar, feijão, cereais, algodão e café.

Outro fator que colaborou para o desenvolvimento do município foi a inauguração das Estradas de Ferro da Companhia Paulista Santos a Jundiaí.

De acordo com censo realizado pelo Governo Federal, em 1920 Jundiaí possuía uma população de 44.437 habitantes. O abastecimento de água foi implantado em 1881. A energia elétrica chegou em 1905 e o telefone em 1916. Os imigrantes, de origem oriental, principalmente os japoneses, chegaram na cidade nas décadas de 20 e 30.

O processo de industrialização de Jundiaí acompanhou as vias de circulação. Com isso, as indústrias se concentravam nas regiões próximas à ferrovia e às margens do Rio Guapeva, atendendo principalmente os segmentos têxtil e cerâmico. Nos anos 30 e 40, ocorreu novo impulso industrial e após a inauguração da Rodovia Anhanguera, em 1948, mais empresas procuraram a cidade, aproveitando também a abertura da economia ao capital estrangeiro em 1950. Foi nesta época que vieram para o município as indústrias metalúrgicas.

Quanto à sua evolução político-administrativa verifica-se que o crescimento rápido levou a freguesia à condição de vila em dezembro de 1655, por provisão do Capitão-Mor de São Vicente, Gonçalo Couraça de Mesquita. O título de cidade foi recebido apenas em março de 1865.

➤ *Município de Louveira*

A cidade foi fundada em 1639, a origem de seu nome deve-se ao primeiro povoador e um dos participantes da fundação - Gaspar de Louveira, natural de Iagronã - Espanha, que instalou-se no pouso dos Oliveiras, plantando ali as primeiras videiras da região, trazidas de suas plantações no Jaraguá.

Em 1872 era inaugurada a Estação Ferroviária e a linha férrea da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1908, a Vila Rocinha, posteriormente chamada Vinhedo - na época bairro de Jundiaí - passou à categoria de Distrito. Louveira pertenceu por mais de 300 anos a Jundiaí, até que, em 1948, Vinhedo se desmembrou e Louveira a ele se incorporou como bairro.

Ao realizar-se a primeira eleição no novo Município de Vinhedo, o bairro de Louveira elegeu cinco Vereadores à Câmara Municipal. Em agosto de 1952, os eleitos e outras pessoas ali residentes, reivindicaram sua elevação a Distrito, fato ocorrido no ano seguinte. Em 1963, realizou-se uma assembleia pró-emancipação do Distrito e, no final do mesmo ano, o povo, em plebiscito, manifestou-se pela elevação de Louveira a município, o que se efetivou em 1964.

9.3.1.2. Demografia

Para análise demográfica dos municípios da AII utilizaram-se os dados referentes ao Censo Demográfico e Contagem da População de 2010, trabalhados e disponibilizados pelo IBGE e pela Fundação SEADE.

Visando compreender a dinâmica populacional de cada município, foram analisadas as seguintes variáveis: *i. população; ii. densidade demográfica; iii. crescimento populacional e migração e iv. estrutura etária.*

i. População

Observa-se que em todos municípios integrantes da AII ocorre a predominância da população urbana, principalmente em Jundiaí e Louveira onde em 2010 mais de 90% da população era considerada urbana.

Entre 1980 e 2010 Jundiaí e Louveira foram apresentando valores gradativamente decrescentes de população rural. Itatiba apresenta um aumento significativo da população rural absoluta entre os anos de 1990 a 2000, apresentando ainda um pequeno aumento populacional entre os anos de 2000 e 2010.

O **Quadro 9.3.1.2-1** e na **Figura 9.3.1.2 -1** a seguir, apresentam a relação entre as populações urbanas e rurais dos municípios da AII, entre 1980 e 2010.

Quadro 9.3.1.2-1: Perfil da população total, urbana e rural dos municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira, entre os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010.

Anos	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (hab.)	Pop. Rural (%)
Itatiba					
1980	41.377	35.304	85,3	6.073	14,7
1990	59.160	51.788	87,5	7.372	12,5
2000	80.987	65.754	81,2	15.233	18,8
2010	101.283	85.507	84,4	15.776	15,6
Jundiaí					

Anos	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (hab.)	Pop. Rural (%)
1980	258.328	221.490	85,7	36.838	14,3
1990	285.706	261.289	91,5	24.417	8,5
2000	323.056	299.890	92,8	23.166	7,2
2010	369.710	353.806	95,7	15.904	4,3
Louveira					
1980	10.254	8117	79,2	2.137	20,8
1990	15.506	13.380	86,3	2.126	13,7
2000	23.817	21.809	91,6	2.008	8,4
2010	36.989	35.564	96,1	1.425	3,9

Fonte: IBGE, 2010

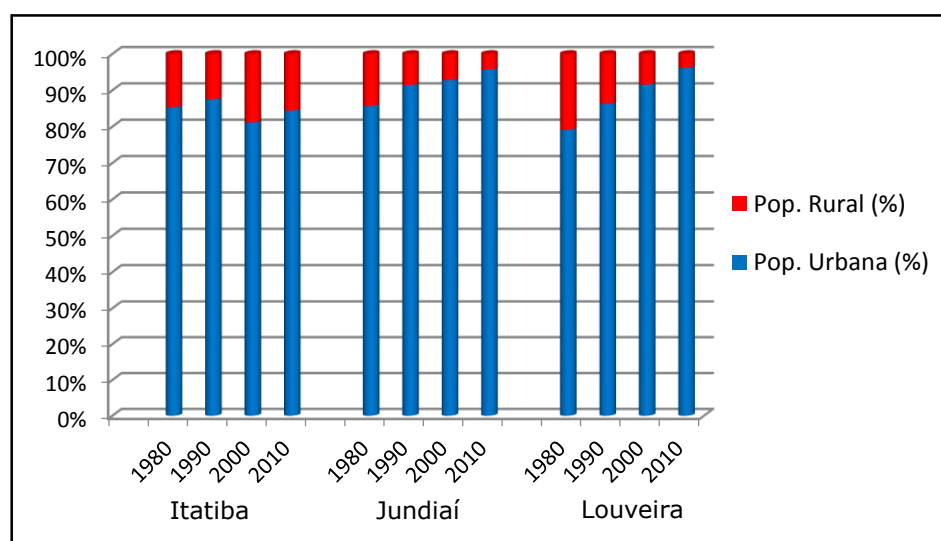


Figura 9.3.1.2-1: Perfil da população total, urbana e rural dos municípios de Itatiba, Jundiá e Louveira, entre os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2010).

No ano de 1980, ainda no início do processo de descentralização industrial da Região Metropolitana de São Paulo, o percentual da população rural dos três municípios da AII era significativo. O valor para Itatiba e para Jundiá era acima de 14%, enquanto que Louveira possuía mais de 20% da sua população na área rural.

Em Itatiba a diminuição dos valores foi pouco acentuada, passando de 14,7% em 1980 para 12,5% em 1990. Em Jundiá e Louveira essa mudança foi mais significativa. Em Jundiá houve uma diferença de 5,8 pontos percentuais e em Louveira 7,1, passando respectivamente de 14,3% para 8,5% e de 20,8% para 13,7.

Os valores significativos de redução da população rural dos municípios da AII refletem o intenso processo de urbanização da região, e a evasão da população rural para os centros urbanos, em busca de oportunidades.

Nos municípios de Jundiaí e de Louveira houve uma redução da população rural com o passar das décadas, Jundiaí apresentou 7,2% em 2000 e 4,3% em 2010 e Louveira apresentou a maior redução durante o período 8,4% em 2000 e 3,9% em 2010.

O município de Itatiba entretanto apresentou um aumento expressivo da população rural entre os anos de 1990 e 2000, indo contra a tendência tanto dos municípios da AII, quanto do Estado de São Paulo. A população rural aumentou de 7.372 habitantes para 15.233 habitantes, ou seja, dobrou-se a população rural. O percentual de habitantes da área rural foi de 12,5% para 18,8%, aumento de mais de 6 pontos percentuais. Em 2010 esse valor caiu para 15,6%, entretanto ainda se encontra acima do valor da década de 1980 de 14,7%.

Essa tendência é explicada pela criação de diversos loteamentos residenciais em meio à área rural do município. Ou seja, o aumento da população rural no município de Itatiba não está associado ao incremento da atividade. Mas sim à opção da população para moradia em locais afastados no núcleo urbano central.

Provavelmente, esse fato será equalizado no próximo censo (2020), uma vez que em 2011 fora publicado o Plano Diretor Municipal, definindo como urbano diversos núcleos residenciais entremeados à zona rural, conforme **Figura 9.3.1.2-2**.

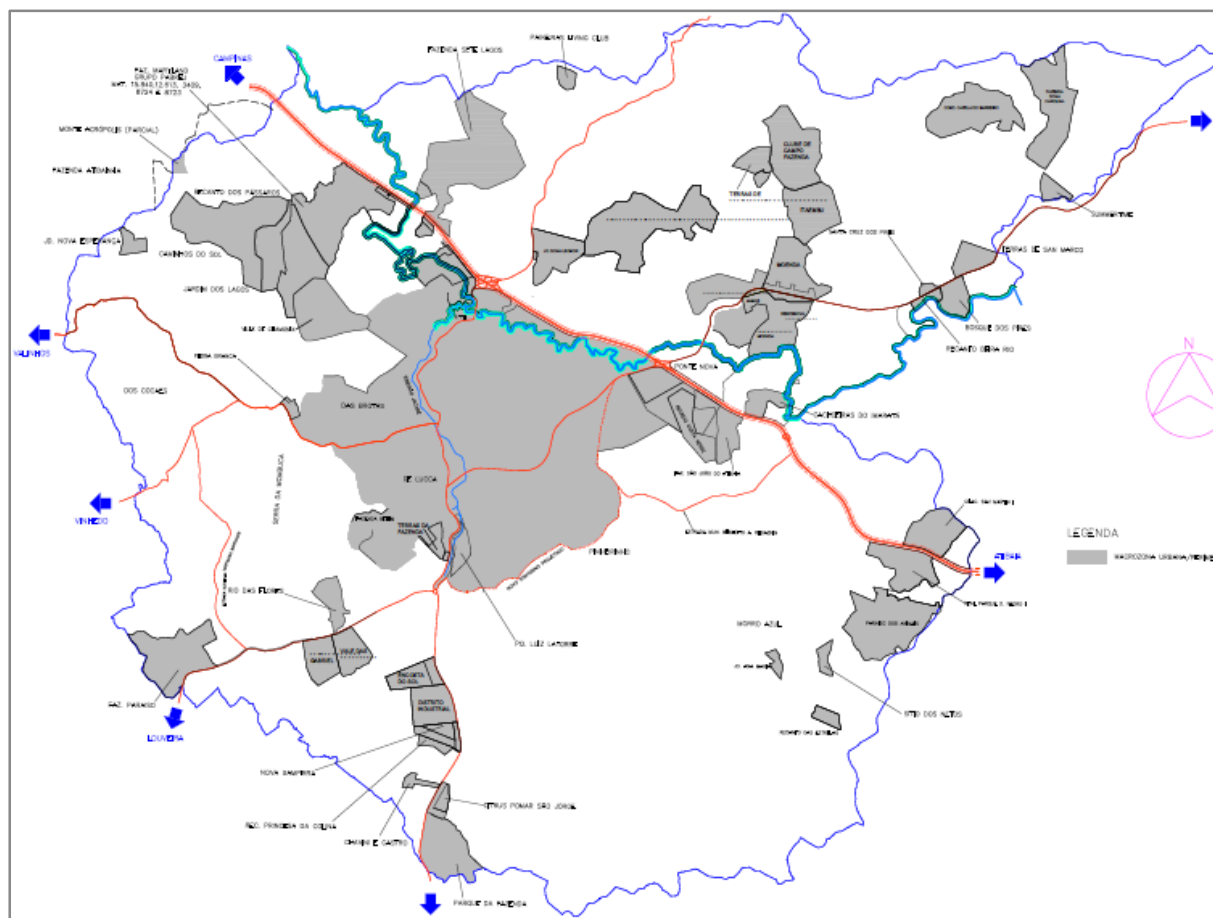


Figura 9.3.1.2-2: Limites do perímetro urbano de Itatiba (Extraído do Plano Diretor, 2011). Observam-se diversos pequenos núcleos urbanos espalhando na zona rural.

ii. Densidade Demográfica

Densidade demográfica trata do valor da população total residente em relação a área ocupada por esta população, geralmente mensurada em habitantes/km².

Com referência ao ano de 2010, a densidade demográfica dos municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira juntos, resulta em cerca de 614,24 habitantes/km² (IBGE, 2010). Isoladamente apresentam densidade demográfica de 314,32 habitantes/km², 857,46 habitantes/km² e 670,94 habitantes/km², respectivamente.

Estes valores são altos quando comparados aos obtidos para o estado de São Paulo (166 habitantes/km²), demonstrando a elevada taxa de ocupação dos municípios da região de inserção do empreendimento em análise.

De 1980 para 2010 a densidade demográfica dos 3 municípios foi de 303,86 para 614,24 habitantes/km², enquanto que no estado de São Paulo essa taxa foi de 100,53 para 166,04 habitantes/km².

O **Quadro 9.3.1.2-2** e a **Figura 9.3.1.2-3** a seguir mostram a crescente relação entre o número de habitantes por km² nos municípios da AII e no Estado de São Paulo, ao longo das últimas quatro décadas.

Quadro 9.3.1.2-2: Densidade Demográfica (habitantes/km²) ao longo das últimas décadas.

Localidade	Extensão Territorial (Km ²)	Densidade Demográfica (hab./km ²)			
		1980	1990	2000	2010
Itatiba	322,23	128,29	183,43	251,11	314,32
Jundiaí	431,17	598,02	661,4	747,87	857,46
Louveira	55,13	185,26	280,14	430,31	670,94
Total AII	808,53	303,86	374,99	476,43	614,24
Estado de São Paulo	248.209	100,53	124,02	148,96	166,04

Fonte: IBGE, 2010

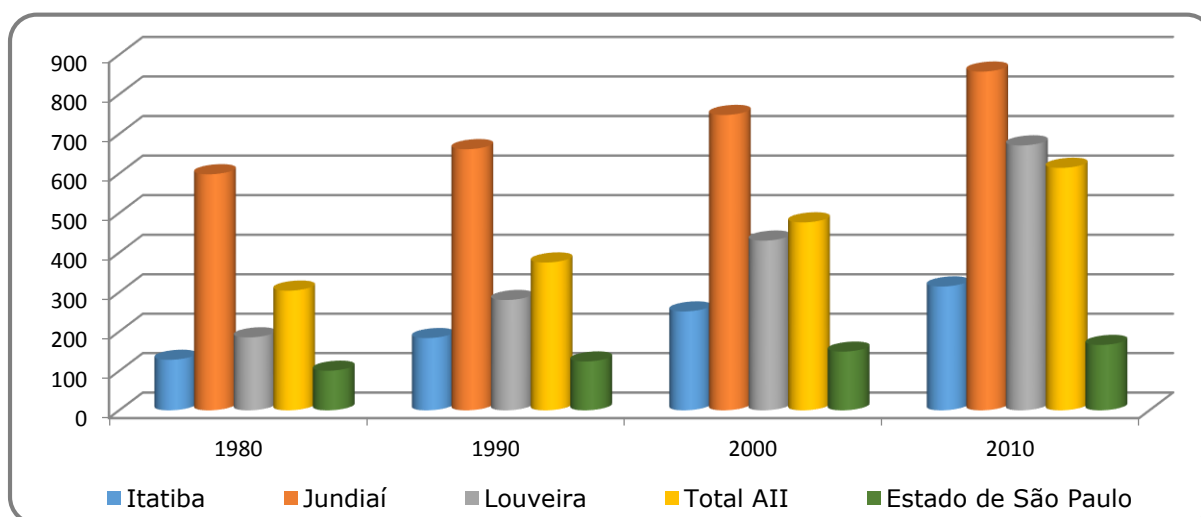


Figura 9.3.1.2-3: Densidade Demográfica (habitantes/km²) ao longo das últimas décadas (IBGE, 2010).

iii. Crescimento Populacional e Migração

A Taxa Geométrica de Crescimento anual de uma população expressa, em termos percentuais, o crescimento médio da população em determinado período de tempo.

Quando avaliada essa taxa observa-se que no município de Itatiba há uma diminuição dos valores históricos, tendência também observada no Estado de São Paulo. Este fato não significa que a população esteja diminuindo, mas apenas que o ritmo e a intensidade do crescimento estão desacelerados em relação a períodos anteriores.

Já para Jundiaí e Louveira essa taxa, embora que pouco perceptiva, tem aumentado, demonstrando maior crescimento que nos períodos anteriores, e indo contra a tendência do Estado de São Paulo.

Quadro 9.3.1.2-3: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (em % a.a.).

LOCAL	PERÍODO DE ANÁLISE		
	1980 a 1991	1991 a 2000	2000 a 2010
Itatiba	3,6	3,1	2,2
Jundiaí	1,0	1,1	1,3
Louveira	4,2	4,4	4,5
Estado de São Paulo	2,1	1,8	1,0

Fonte: SEADE, 2010

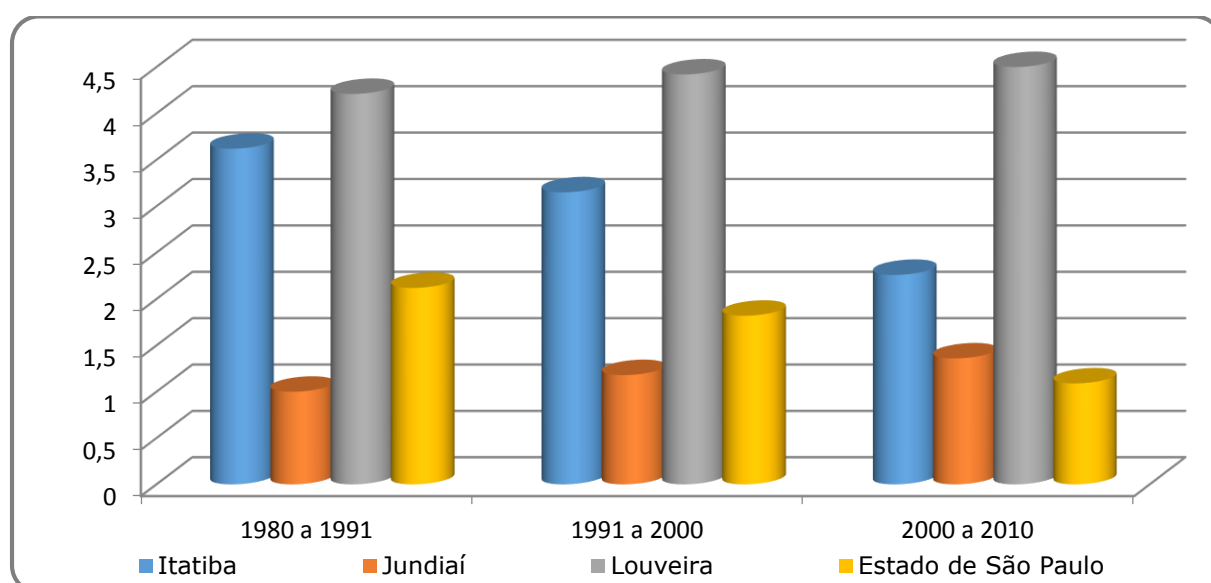


Figura 9.3.1.2-4: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (em % a.a.) (IBGE, 2010).

Outro fator responsável pelas flutuações populacionais é a migração. A mobilidade espacial da população é um dos mais importantes componentes do crescimento demográfico das metrópoles.

A migração, entretanto, é um fenômeno com estreitas relações com a conjuntura demográfica e econômica de determinado momento histórico, ou seja, não pode ser entendida isoladamente sem que se considere essa conjuntura em nível local, regional e nacional.

A redução do crescimento demográfico observado nas últimas décadas, paralelamente à redução das migrações de longa distância, coloca em evidência as modalidades migratórias de curta distância, que estão diretamente associadas ao crescimento demográfico e a expansão urbana dos municípios metropolitanos.

O **Quadro 9.3.1.2-4** a seguir apresenta o Saldo Migratório Anual nos municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira, bem como o total para o Estado de São Paulo.

Esta variável indica a diferença entre o número de imigrante e emigrante nas localidades em questão durante o período intercensitário, no caso de 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010. Já a Taxa Líquida de Migração é o quociente entre o saldo migratório do período e a população no meio do período censitário.

Quadro 9.3.1.2-4: Saldo Migratório Anual 1991/2000 (habitantes) e Taxa Líquida de Migração (por mil habitantes).

Localidade	Saldo Migratório Anual 1991/2000 (habitantes)			Taxa Líquida de Migração (por mil habitantes)		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1991	2000	2010
Itatiba	889	1.307	1.298	17,56	18,38	14,24
Jundiaí	-2.307	487	1.886	-8,44	1,59	5,45
Louveira	304	572	953	23,47	28,63	31,35
Estado de São Paulo	53.352	147.443	47.265	1,9	4,31	1,21

Fonte: SEADE, 2010

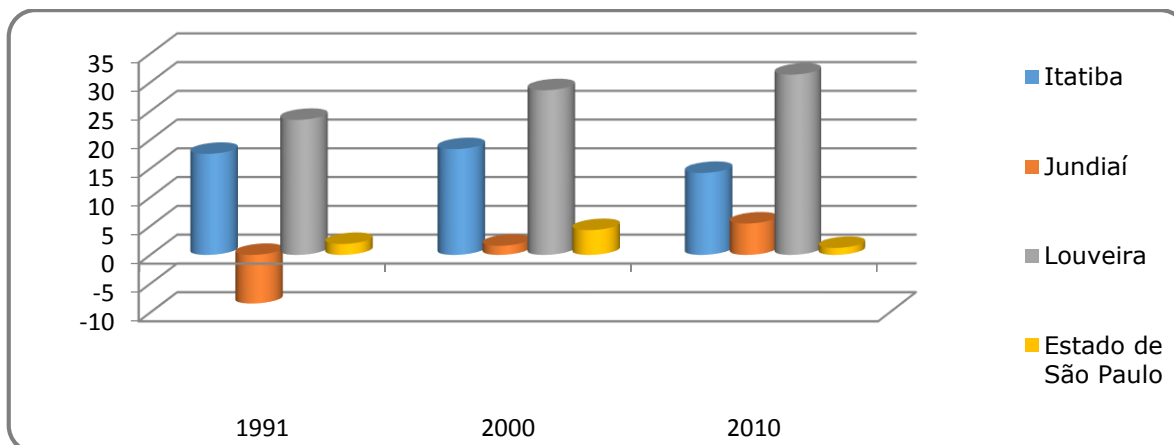


Figura 9.3.1.2-5: Taxa Líquida de Migração (por mil habitantes) (IBGE, 2010).

Pode-se notar que os municípios da AII sofreram aporte de migrantes no período apresentado. O município de Jundiaí entretanto apresentou valor negativo em 1991, aumentou os valores em 2000 e em 2010 ultrapassou os dados estaduais.

A taxa líquida de migração de Louveira à de Itatiba e de Jundiaí em todos os períodos estudados. Jundiaí ficou abaixo de Itatiba e Louveira em todos os períodos.

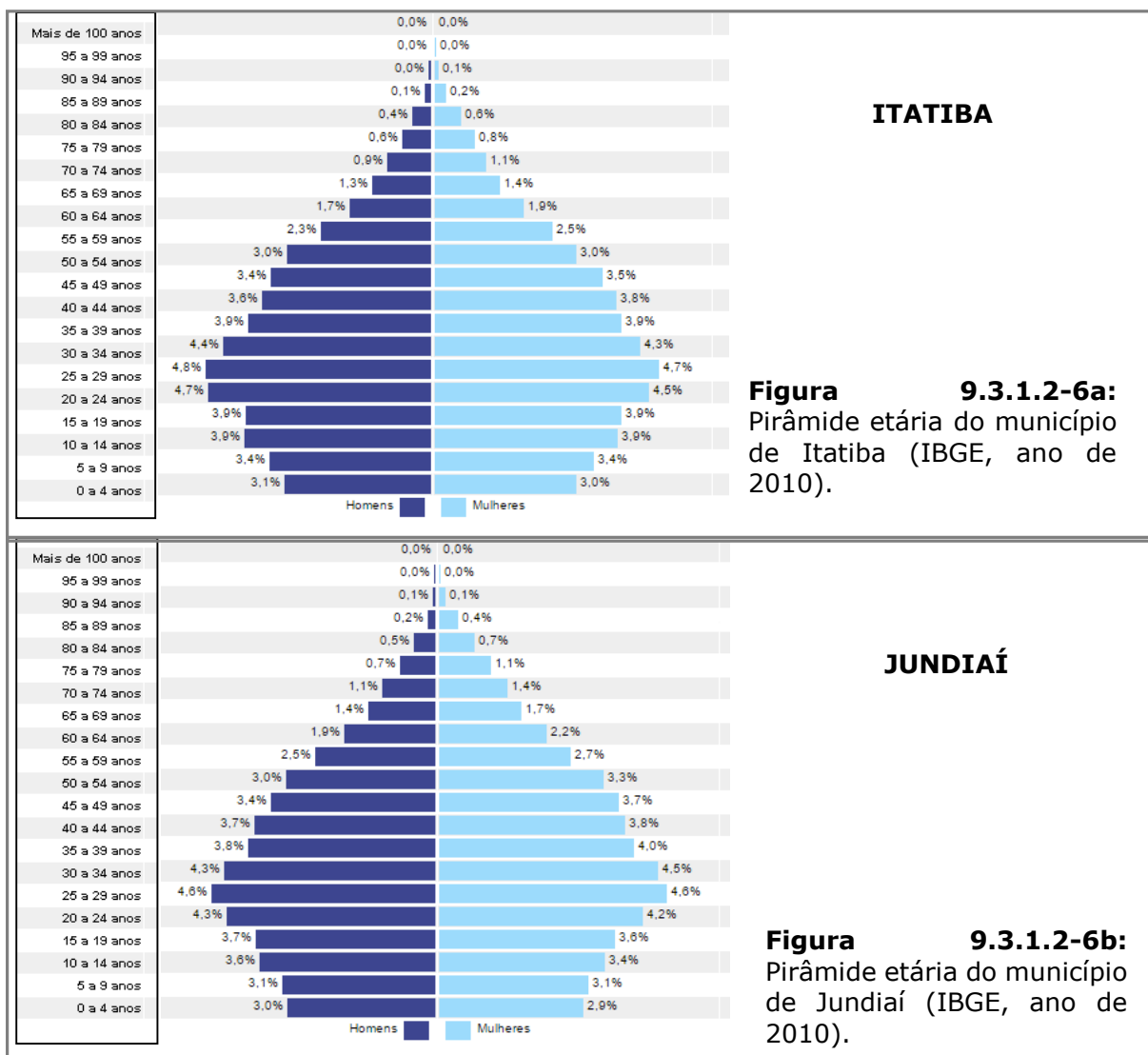
Frente aos resultados apresentados, pode-se concluir que um dos fatores responsáveis pelo aumento populacional na AII é a migração, acentuadamente para o município de Louveira.

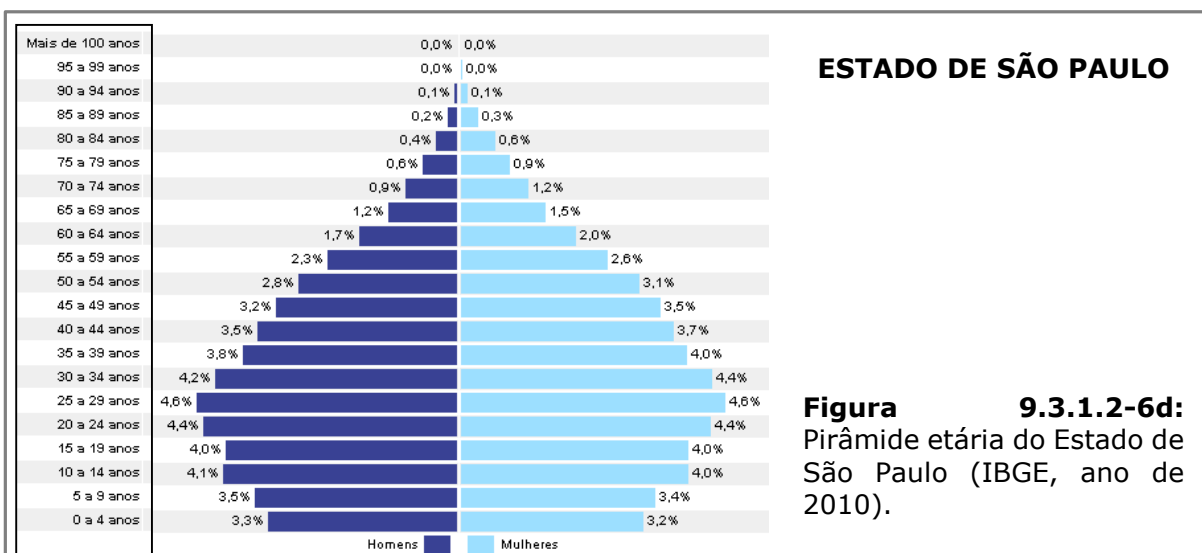
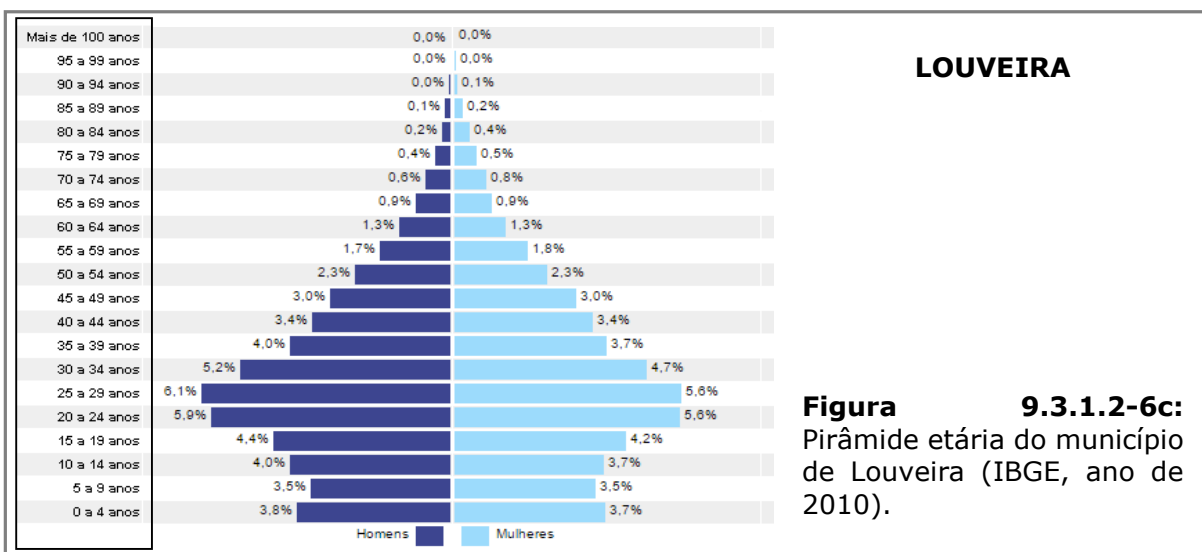
iv. Estrutura Etária

As pirâmides etárias são formas de representar a estrutura etária de um determinado território. Através delas é possível entender se a população tem passado por crescimento, envelhecimento e também é possível estimar futuras projeções.

Para refletir estas características na região de estudo, a **Figura 7.3.1.2-5** demonstra as pirâmides etárias para os municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira, assim como para o Estado de São Paulo, todas baseadas nas informações IBGE,

ano de 2010. A partir disso, conclui-se que a população residente na área de influência indireta do empreendimento é considerada **jovem/adulta**.





9.3.1.3. Saneamento

Abastecimento de água

➤ Itatiba

A Sabesp é uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 364 municípios do Estado de São Paulo. É considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida.

Ela assumiu os serviços de água e esgotos no município de Itatiba em dezembro de 1980. O município é abastecido por dois sistemas - Sede e Princesa da Colina

- sendo uma estação de tratamento de água e um poço profundo com capacidade total de 350 litros por segundo. Tem como manancial o rio Atibaia (Fonte: site da SABESP).

Segundo dados do Programa Cidades Sustentáveis, em 2013 cerca de 93% da população urbana do município é atendida pelo abastecimento público de água potável, e no ano de 2012 cerca de 28% da água tratada era perdida.

➤ Jundiaí

A captação no município de Jundiaí é de responsabilidade do DAE – Departamento de Água e Esgoto. O DAE é uma sociedade de economia mista que atua na área de saneamento básico. Criada através da lei municipal nº 5.307/99, atende toda a área urbana e parte da área rural do município, com o fornecimento de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos (concessão à CSJ – Companhia Saneamento de Jundiaí), assim como o controle da ocupação do solo e proteção dos mananciais que fornecem água para o abastecimento.

Segundo dados retirados do site do DAE, 100% da população da zona urbana é atendida com água potável. Sendo que 95% da água que abastece o município é proveniente do rio Jundiaí-Mirim, que nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão).

Os outros 5% da água que abastece o município são provenientes dos seguintes mananciais:

- Córrego Japi (ou Estiva) – a água abastece a represa localizada do bairro Moisés (próximo ao Jardim Samambaia) e segue para tratamento na ETA-ETA.
- Ribeirão Ermida – abastece a represa localizada na Serra do Japi.
- Rio Atibaia – deságua na Casa de Bombas localizada na divisa com Itatiba e segue por adutora até a Represa de Acumulação localizada no entorno do Parque da Cidade. É manancial usado em épocas de estiagem.

Atualmente, a estação ETA-A opera com 1.800 litros por segundo. Além desta, Jundiaí possui ainda a Estação de Tratamento Eloy Chaves (ETA- EC), que desde 1996, quando passou por um processo de modernização, atende parte da população do Eloy Chaves, parte da Fazenda Grande e o bairro do Medeiros. As

duas estações, juntas, fornecem cerca de 140 milhões de litros de água por dia à população de Jundiaí, estimada em 370 mil habitantes.

➤ Louveira

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município são realizados atualmente pela própria Prefeitura. E já foi aprovada lei municipal permitindo a concessão do tratamento e distribuição da água no município a empresas privadas, e o processo ainda está em andamento. Atualmente, 96,0% da população urbana conta com os serviços de abastecimento de água tratada.

A captação é realizada no córrego Fetá, a poucos metros de seu encontro com o rio Capivari, ambos perenes. Conta apenas com 3 reservatórios que são utilizados para abastecimento do Bairro Santo Antônio o restante da população é abastecida diretamente pela estação de tratamento.

Esgotamento sanitário

➤ Itatiba

A cidade conta com duas estações de tratamento de esgoto, com capacidade total de 239,89 litros por segundo, e uma estação de tratamento de lodo da estação de tratamento de água. O sistema contribui para a despoluição do Ribeirão Jacaré e Rio Atibaia.

Segundo dados do Programa Cidades Sustentáveis, em 2013 cerca de 94% dos domicílios possuíam ligação com a rede de Esgoto. No ano de 2012 cerca de 13% dos esgotos não recebiam nenhum tipo de tratamento.

➤ Jundiaí

O serviço de coleta e afastamento de esgoto no município de Jundiaí é realizado pelo DAE Jundiaí. O serviço de tratamento de esgoto é feito pela Companhia Saneamento Jundiaí (CSJ), sob concessão.

Atualmente o sistema de saneamento da cidade é reconhecido pelo Instituto Trata Brasil como um dos melhores do país, uma vez que 100% dos domicílios da zona urbana são atendidos por rede de esgoto e de água tratada.

Depois da construção da ETE, a água resultante do tratamento do esgoto passou a ser lançada ao Rio Jundiá sem prejuízo ao meio ambiente. No local funciona o sistema de compostagem e o lodo de esgoto é transformado em produto, com registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Este produto, já totalmente higienizado, é aplicado na agricultura de cana-de-açúcar e eucalipto, em projetos localizados em áreas legalmente autorizadas.

Atualmente 98% do município é atendido com coleta, afastamento e tratamento de esgoto. Os outros 2% estão concentrados na zona rural, que começou a ser atendida em 2012/2013, com a inauguração de duas mini-estações de Tratamento de Esgoto (São José e Fernandes).

Com o funcionamento dessas miniestações, o DAE ampliou o atendimento levando o benefício também à população da zona rural, onde predominavam fossas sépticas.

➤ Louveira

Na localidade inexistente estação de tratamento de esgoto coletado, sendo o mesmo lançado "in natura" no Rio Capivari, e nos córregos que nele deságuam, com o agravante de receber grande carga de resíduos de diversas indústrias existentes no município.

Essas indústrias, em sua maioria, efetuam pré-tratamento, porém insatisfatório. Por essa razão o município vizinho, Vinhedo, capta parte da água para seu abastecimento dentro do território de Louveira em ponto anterior ao lançamento destes resíduos no trecho em que sua água ainda é aproveitável.

Também está sendo vinculado à concessão do serviço de água do município a questão do tratamento dos esgotos domésticos e industriais.

Resíduos Sólidos

➤ Itatiba

A seção de Serviço de Coleta de Resíduos da prefeitura municipal de Itatiba é responsável pelo Aterro Sanitário.

Trimestralmente é realizado acompanhamento e elaborado relatório com as análises dos poços de águas subterrâneas e superficiais para o monitoramento do lençol freático, a atualização de levantamento planialtimétrico do aterro, a retirada de chorume, a colocação de rachão para drenos horizontais e verticais (chorume e queimadores de gás). Há também o cuidado com os resíduos provenientes do uso residencial, seletivos, pneus, eletrônicos e da saúde.

A prefeitura de Itatiba mantém um serviço semanal de Coleta Seletiva. Cada dia da semana são visitados diferentes bairros. O objetivo principal da Coleta Seletiva é melhorar a qualidade ambiental da vida da população, por meio de um amplo trabalho de conscientização.

A coleta é realizada pela empresa SPL Construtora e Pavimentadora – pertencente ao grupo Splice. De acordo com as informações do SNIS - Sistema Nacional de Informações, o sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos atendia no ano de 2012 chegou a 84,42% da população urbana. Desta população atendida, 65% tem os resíduos coletados de 2 a 3 vezes por semana e 35% possui coleta diária dos resíduos.

➤ Jundiaí

Em Jundiaí, segundo dados da prefeitura, tem-se a produção de 1,3 kg de lixo diário por habitante. A coleta de lixo doméstico atende 100 % do município e é realizado pela empresa TEJOFRAN.

Caminhões especiais equipados com coletores de resíduos, tipo prensa de até 8 toneladas, recolhem o lixo doméstico na porta dos imóveis em dias específicos. O material coletado é levado diretamente para o Aterro Sanitário contratado pela prefeitura.

Em Jundiaí, quem cuida dos resíduos recicláveis e também do serviço de cata-treco é a iniciativa Armazém da Natureza, criada pela prefeitura do município. Segundo análises do próprio Armazém da Natureza, são recicladas mensalmente cerca de 450 toneladas de resíduos.

A coleta é realizada duas vezes por semana. O lixo segue para o Geresol (Gerenciamento de Resíduos Sólidos), onde passa por uma triagem. Após esta fase, o lixo é encaminhado para a reciclagem, realizada por empresas parceiras da Prefeitura.

Existe ainda o Cata-Treco, que recolhe mobília e eletrodomésticos uma vez por semana. Estima-se que 230 toneladas de produtos sejam recolhidas todo mês

Nos núcleos de submoradia existe um programa de incentivo de coleta de material reciclável. O programa consiste na troca de produtos recicláveis por verduras. O programa é intitulado de "*Delícia de Reciclagem*".

➤ Louveira

O gerenciamento dos resíduos sólidos em Louveira é efetuado tanto por empresa terceirizada com supervisão da Prefeitura Municipal, como também pelo próprio município.

A Secretaria de Serviços Públicos, com o apoio da Secretaria de Gestão Ambiental, coordena, supervisiona e emite as ordens de serviço para o gerenciamento dos resíduos junto a empresa terceirizada; a Secretaria de Gestão Ambiental coordena e supervisiona a Coleta Seletiva Municipal, além de realizar diversas ações direcionadas aos resíduos da logística reversa e em parceria com a Secretaria de Educação associadas a programas de educação ambiental.

A Prefeitura Municipal de Louveira possui um contrato de prestação de serviços com a empresa LITUCERA Limpeza e Engenharia Ltda. A empresa é a única prestadora de serviços do município e fornece equipamentos, veículos e mão de obra para a realização dos serviços.

O serviço de coleta e triagem dos resíduos sólidos urbanos municipais de Louveira é instituído a partir da Lei Municipal nº 1.757/2005 e dividido conforme as

tipologias Recicláveis e Lixo Comum. No ano de 2012 foi contabilizada uma geração média de 64,5 toneladas de Materiais Recicláveis e 960 toneladas de Lixo Comum, ou seja, 1.024,5 toneladas/mês de resíduos. A coleta é realizada uma vez por semana.

9.3.1.4. Infraestrutura Viária

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é servida por um sistema viário e de transporte que propicia intensa articulação dos espaços urbanos, além da integração funcional das estruturas produtivas.

Apesar de somente o município de Itatiba integrar a RMC, Jundiaí e Louveira acabam sendo beneficiados pela infraestrutura viária da região. O Aeroporto Internacional de Viracopos, por exemplo, fica a cerca de 50km de Itatiba.

A AII é servida pelas mais modernas rodovias do Brasil: acesso com a Via Anhanguera e Rodovia dos Bandeirantes, Santos Dumont, Rodovia D. Pedro I, interligando a região às rodovias Rodoanel, Castelo Branco, Rodovia do Açúcar, Regis Bittencourt, Fernão Dias e Presidente Dutra.

Em Jundiaí há também a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos que transporta, diariamente, cerca de 350.000 passageiros na linha Jundiaí - Estação da Luz, ligando a cidade com toda a capital. A Estação Ferroviária de Jundiaí existe desde meados de 1860.

Jundiaí também possui um dos aeroportos mais movimentados do interior em números de pousos e decolagens. Fica próximo à Rodovia dos Bandeirantes, Anhanguera e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto.

Em Itatiba, se destacam as Rodovias Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado, Luciano Consoline e Alkindar Monteiro Junqueira (SP-063) e Dom Pedro I SP-065. Rodas elas serão interligadas pela via perimetral em análise. Atualmente, o fluxo de veículos que circula por essas rodovias intercepta o núcleo urbano do município.

A expectativa é que a interligação entre as Rodovias Romildo Prado (SP-063) e Engº Constâncio Cintra (SP-360) à Rodovia Dom Pedro I (SP-065), desvie o intenso fluxo de veículos leves e pesados da área urbana do município de Itatiba.

O acesso à rodovia Dom Pedro I (SP-065) será facilitado, configurando assim melhoria no tráfego regional, pois irá propiciar mais fluidez e segurança aos usuários que buscam longas distâncias, uma vez que a SP-065 tem ligação com os Sistemas Bandeirantes/Anhanguera e Dutra/Carvalho Pinto, e faz a ligação de todo o fluxo de veículos entre o interior paulista e o litoral norte do estado de São Paulo e o Rio de Janeiro. Cruza também com a rodovia Fernão Dias, fazendo o fluxo do interior do país com Belo Horizonte.

A

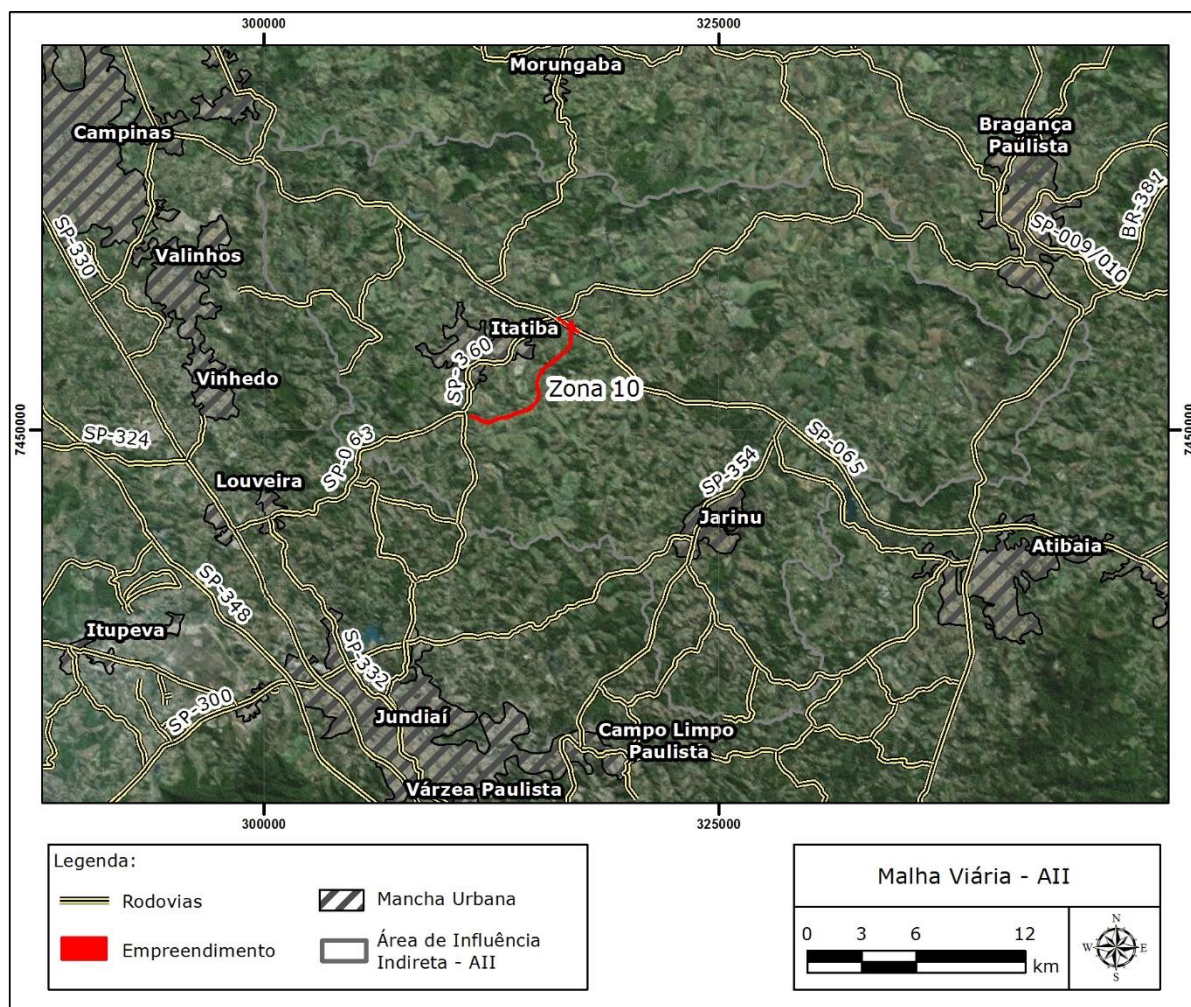


Figura 9.3.1.4-1 ilustra a inserção do empreendimento na malha viária atual da AII.

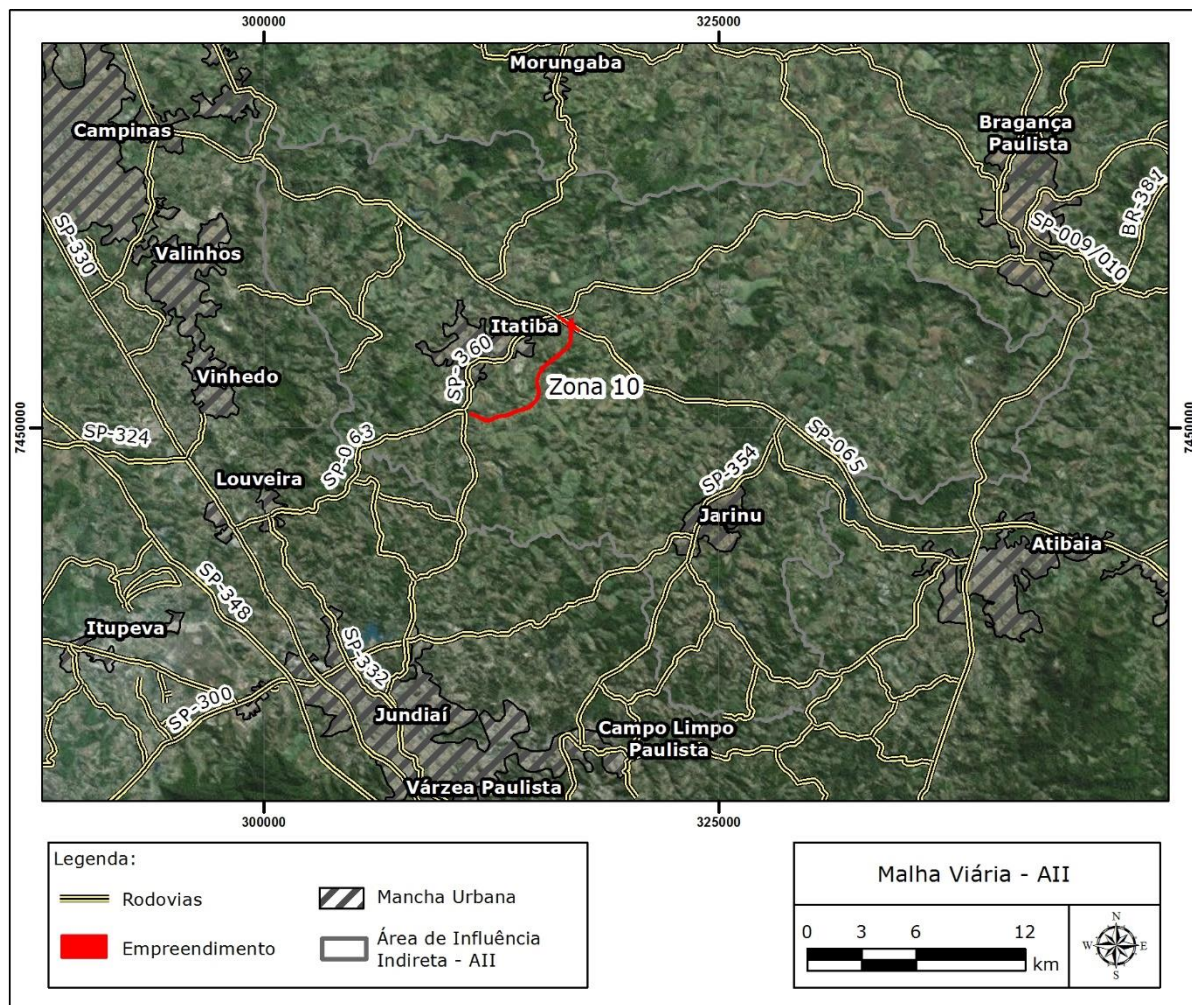


Figura 9.3.1.4-1: Malha Viária da Área de Influência Indireta - AII

9.3.1.5. Saúde e Educação

➤ **Saúde**

Segundo dados do Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, no ano de 2010 havia 16 unidades de atenção básica de saúde no município de Itatiba, responsáveis por atender à população de mais de cem mil pessoas (em média, mais de 6 mil habitantes por unidade). Em Jundiaí, foram registradas 35 unidades de atenção básica de saúde, responsáveis por mais de 10 mil habitantes cada, em média. E para a Louveira, existem 3 unidades, para atender em média cerca de 12 mil habitantes cada.

Com relação ao número de leitos de internação, há uma Portaria do Ministério da Saúde publicada em 2002 que estima em 2,5 a 3 a necessidade de leitos para cada grupo de mil habitantes. Esse índice não é alcançado em nenhum dos municípios da AII, o pior caso se encontra em Louveira, com menos de 1 leito de internação para cada mil habitantes, o maior valor se encontra em Jundiaí com 1,76 leitos para cada mil habitantes, 0,74 do esperado pela Portaria. Itatiba apresenta menos da metade do esperado com um coeficiente de 1,01 leitos para cada mil habitantes.

Ressalta-se que o valor considera os leitos gerais ou especializados, situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, incluindo os leitos do SUS (DATASUS, 2010).

Quadro 9.3.1.5-1: Quantidade de Leitos de internação e de Unidades Básicas de Saúde (Fonte: DATASUS, 2010 - pesquisado no SEADE).

Local	Qtd. de Unidades de Atenção Básica de Saúde	Leitos de Internação (Coeficiente por mil habitantes)
Itatiba	16	1,01
Jundiaí	35	1,76
Louveira	3	0,73

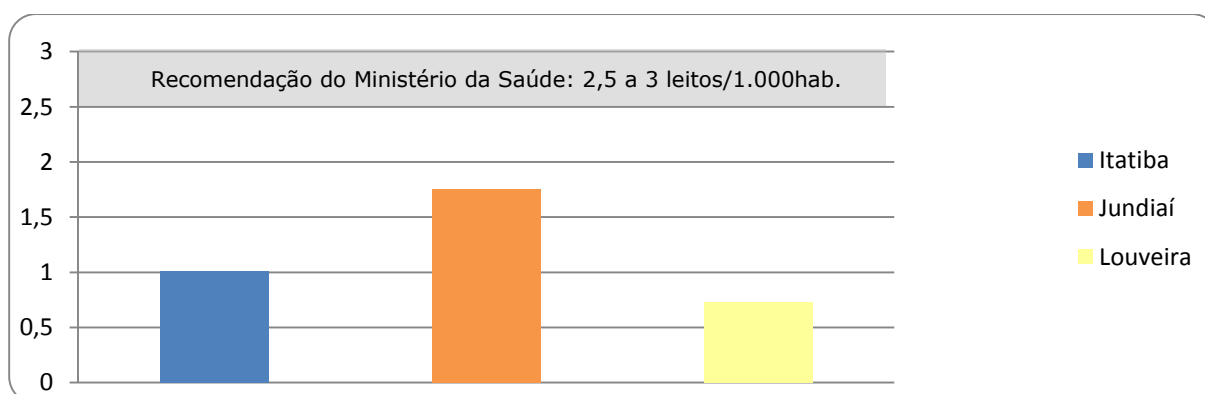


Figura 9.3.1.5-1: Quantidade de Leitos de internação (leitos/mil hab), com relação à Recomendação do Ministério da Saúde.

Considerando agora as recomendações do Conselho Nacional de Saúde, o número de profissionais por habitantes deve ser de 1 médico para cada 1.000 habitantes e 1 odontólogo para cada 1.500 a 5.000 habitantes. Essa situação está atendida nos municípios da AII, com exceção do município de Louveira que apresenta um

coeficiente de 0,51 médicos para cada mil habitantes, conforme quantitativo apresentado no quadro abaixo.

Quadro 9.3.1.5-2: Profissionais registrados em seus respectivos Conselhos de Classe - coeficiente por mil habitantes.

Município	Profissionais das áreas de:			
	ENFERMAGEM	ODONTOLOGIA	MEDICINA	PSICOLOGIA
Itatiba	4,77	3,42	1,51	2,2
Jundiaí	6,36	4,6	3,62	3,04
Louveira	3,85	2,65	0,51	1,11

Fonte: Seade, 2010 – com base em dados dos conselhos de classe e Pesquisa Municipal Unificada.

➤ Educação

• **Analfabetismo da População de 15 anos ou mais**

No índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais se consideram as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Em 2000 esse índice era de 6,64% em Itatiba, 5,01% em Jundiaí e 8,15 em Louveira. Em Jundiaí e Louveira esta taxa ficou ligeiramente inferior à média estadual, e Itatiba obteve o mesmo valor que alcançou 6,64%.

Para 2010, observa-se que houve uma diminuição na taxa de analfabetismo dos municípios – Itatiba passou para 3,87%, Jundiaí passou para 3,08% e Louveira passou para 4,32%, permanecendo abaixo da média estadual de 4,33%.

A tendência de queda foi observada em todos os municípios que compõem a AII. A maior queda se deu no município de Louveira, com 3,82 pontos percentuais, e o menor valor de queda foi no município de Jundiaí, com menos de um ponto percentual de diminuição, embora apresente o melhor valor.

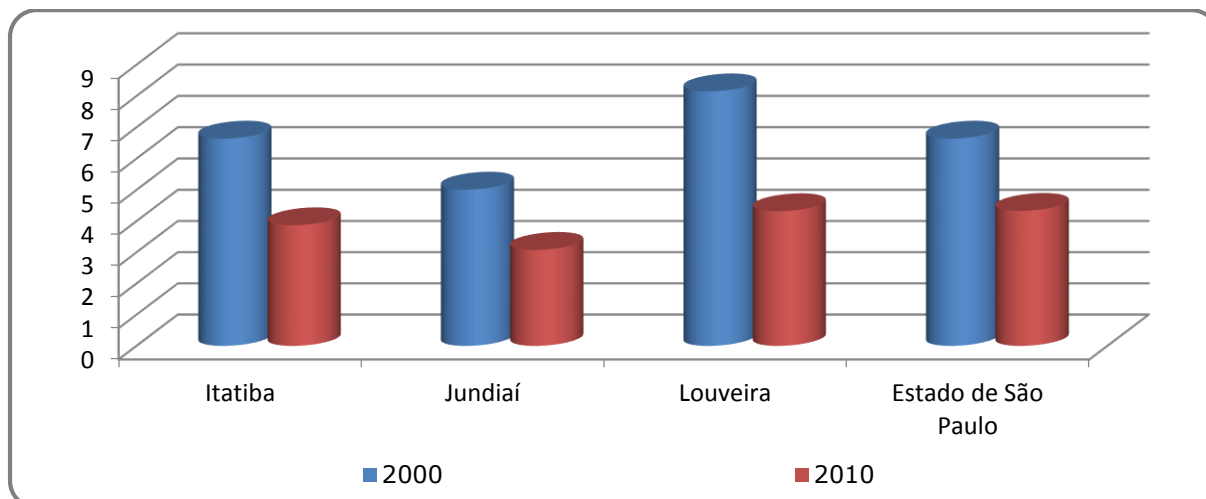


Figura 9.3.1.5-2: Índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010).

- **Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo**

A proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo é definida como aquela na faixa etária entre 25 e 59 anos, que completou o ensino básico, ou seja, o ensino fundamental e o ensino médio.

Em 2000, 23,49% de pessoas adultas residentes em Itatiba tinham nível de instrução de pelo menos 12 anos de estudo. Jundiaí apresentou valores um pouco acima do índice estadual, com um percentual de 29,85%, enquanto que Louveira apresentou os valores mais baixos, 13,61. Em 2000 somente Jundiaí apresentou valores acima do Estado de São Paulo (28,26%).

O censo populacional realizado em 2010 mostra que houve uma melhora deste índice nos municípios. Os valores obtidos para Itatiba, Jundiaí e Louveira foram de 38,73%, 48,1% e 37,94% respectivamente, ficando novamente abaixo do Estado de São Paulo (42,33), com exceção de Jundiaí, como mostrado na **Figura 9.3.1.5-3**.

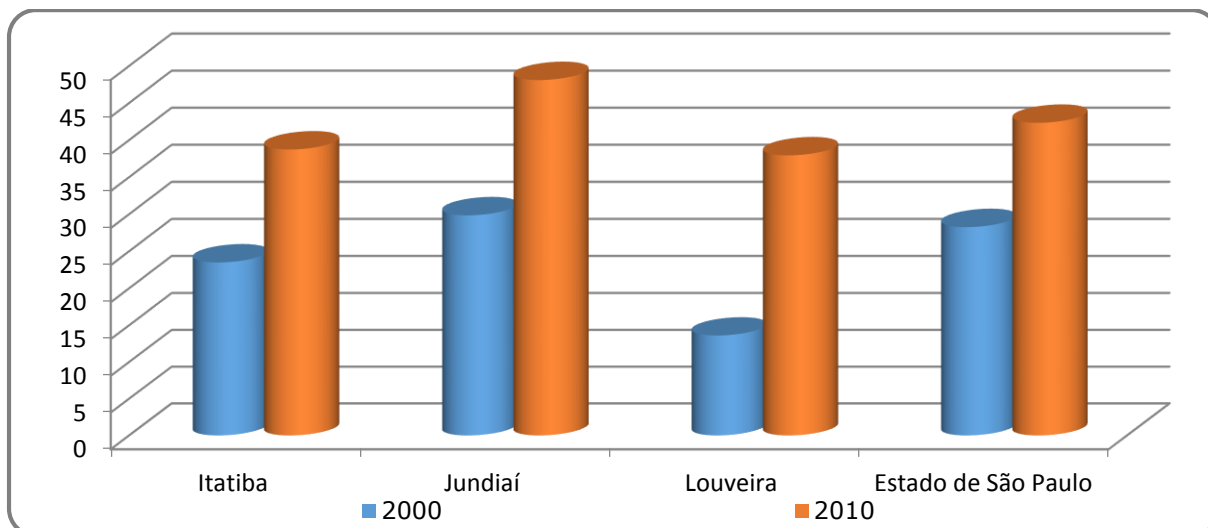


Figura 9.3.1.5-3: Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo (Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010).

- **Taxa de Atendimento à População**

A taxa de atendimento refere-se ao percentual da população em idade escolar que frequenta a escola.

A **Figura 9.3.1.5-4** mostra que a taxa de atendimento da população de 0 a 6 anos, de 7 a 9 anos e de 10 a 14 anos apresentou valores acima da do Estado, para os três municípios.

Á em relação à população de 15 a 17 anos, Indaiatuba, com 82,65%, teve uma taxa abaixo da do Estado que é de 85,34%.

Jundiaí e Louveira apresentaram índices mais elevados que a média estadual, sendo respectivamente de 87,33% e 85,49%.

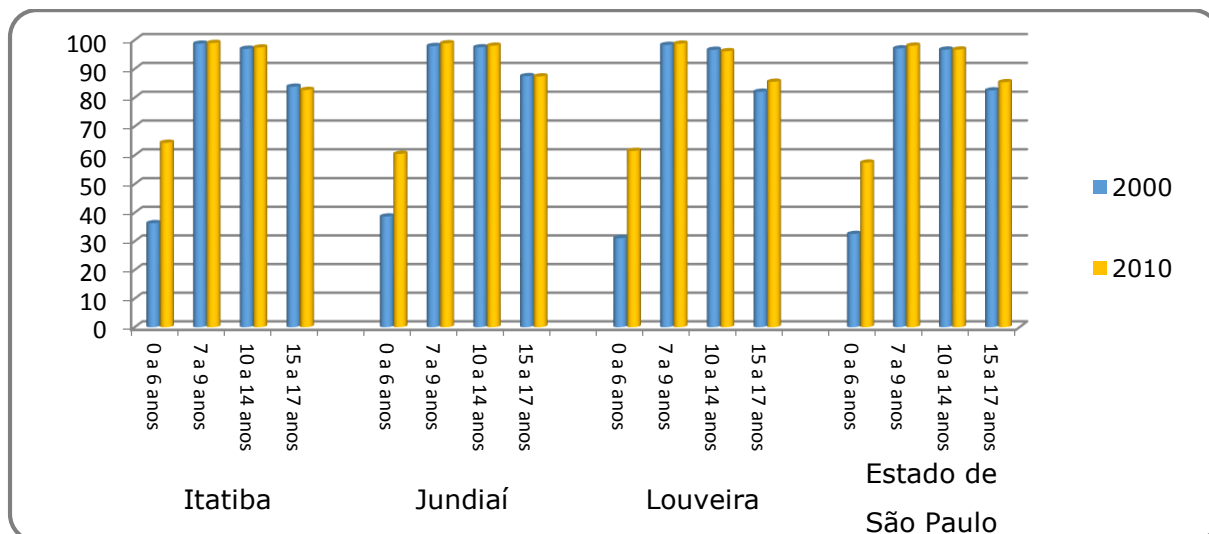


Figura 9.3.1.5-4: Taxa de Atendimento à População (Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010).

• **Distorção Idade - Série**

A distorção Idade - Série é a relação entre o número de alunos que estão acima da idade adequada para cursar uma série de um determinado nível de ensino, e o total de alunos matriculados naquela série e nível.

Para este índice, considera-se defasado o aluno que está com dois anos ou mais acima da idade adequada para a série.

Segundo dados do Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos, Pesquisas Educacionais – Inep e censo escolar, adquiridos através da Fundação Seade (2013), observa-se que a Distorção Idade-Série para o Ensino Fundamental se encontra acima da média estadual em Itatiba e em Louveira. A média estadual é estimada em 7,6%, a passo que em Itatiba o índice é de 7,8%, e 8,6% em Louveira. Diferentemente dos outros municípios da AII, Jundiaí apresenta o melhor índice, pois possui apenas 2,8% de alunos defasados.

Em relação ao ensino fundamental, o ensino médio supera os valores da taxa de distorção idade em mais de 100%. Para o estado de São Paulo estima-se que 15,3% dos alunos estejam defasados. Nos municípios de Itatiba e Jundiaí os valores são inferiores ao estado, com 14,8% e 7,1% respectivamente. Entretanto, Louveira apresenta os piores índices, com 18,4% de alunos defasados.

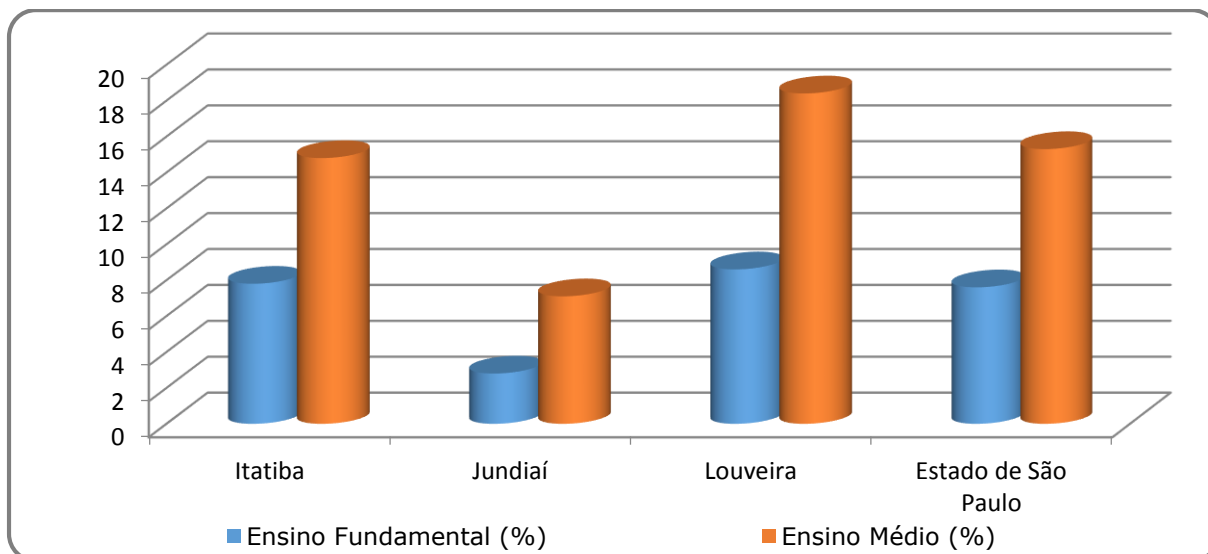


Figura 9.3.1.5-5: Taxa de Escolarização Líquida (Fonte: SEADE; MEC/Inep, 2013).

• Matrículas

De acordo com as informações do Censo Escolar (MEC-INEP), os municípios da AII concentraram em 2010 mais de 110 mil matrículas entre ensino infantil e ensino básico.

A educação infantil, formada por creche e pré-escola representou 17,45% do total de matrículas, conforme **Quadro 9.3.1.5-3 e Figura 9.3.1.5-6**.

No ensino básico, constituído dos níveis Fundamental e Médio, somente as matrículas referentes ao nível de Ensino Fundamental totalizaram mais de 61%.

Quadro 9.3.1.5-3: Matriculados no ano 2010 (Censo Escolar - INEP – MEC 2010).

Município	Matriculados no ano 2010			
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Itatiba	1.729	2.522	14.379	4.174
Jundiaí	4.848	8.336	48.928	17.452
Louveira	813	1.069	5.145	1.332
Estado de São Paulo	636.793	1.058.476	5.985.884	1.839.535

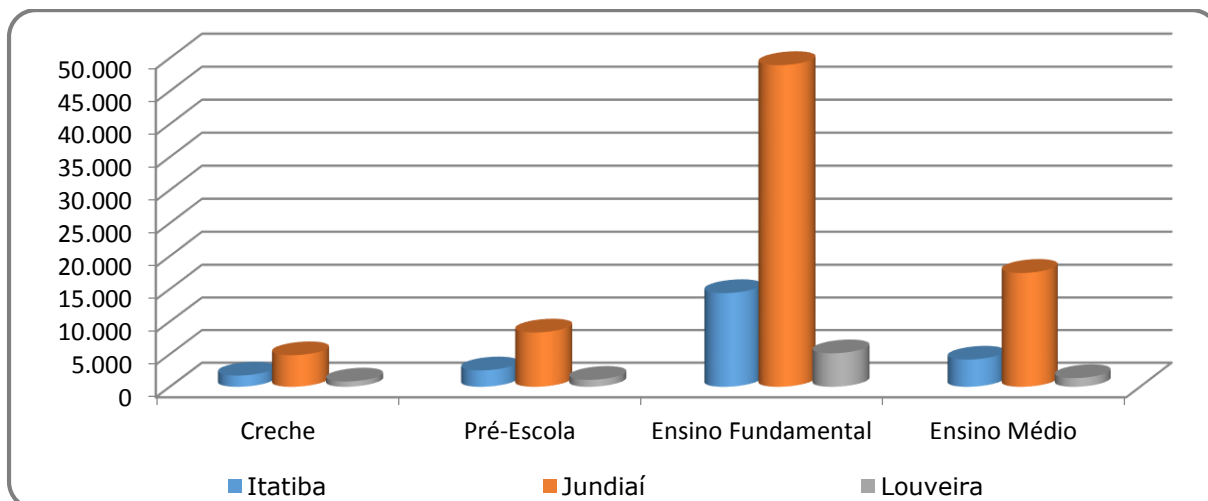


Figura 9.3.1.5-6: Matriculados no ano 2010. (Censo Escolar - INEP - MEC 2010).

• Taxas de Aprovação Escolar

No ano de 2010, as taxas médias de aprovação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio foram respectivamente 93,4%, 93,5% e 83,7% em Itatiba. As taxas de aprovação no ensino Fundamental na região, referente a 1ª a 4ª série foi inferior à taxa média estadual.

Em Jundiaí as taxas foram de 99,5%, 95,9% e 88,9%, e em Louveira foram de 96,6%, 96,4% e 89,1% para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e o Ensino Médio. Todos os dados são maiores que da média do estado de São Paulo como indica a **Figura 9.3.1.5-7**.

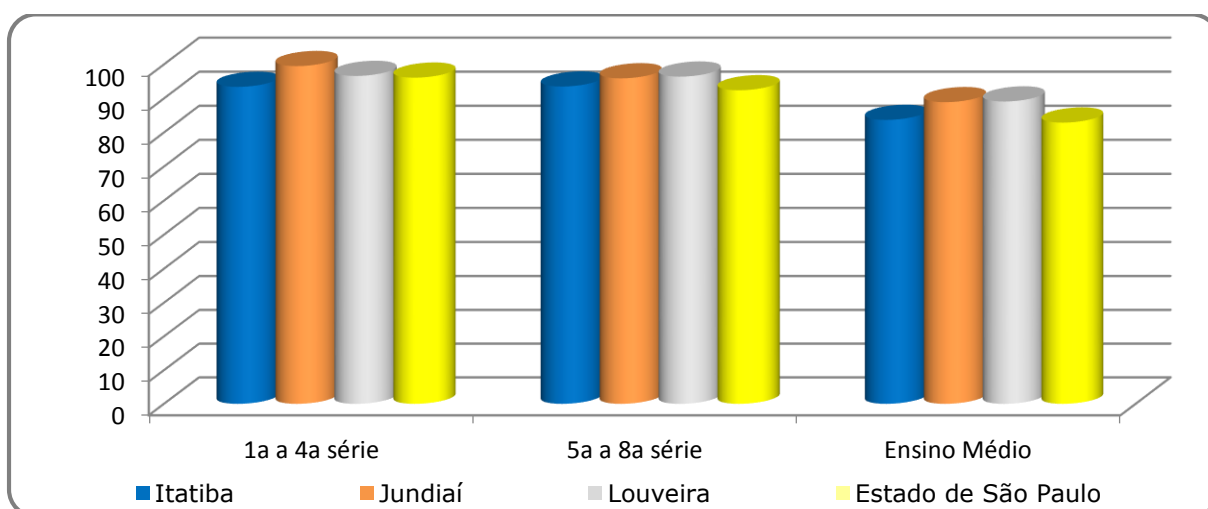


Figura 9.3.1.5-7: Taxas de Aprovação Escolar no ano 2010 (Fonte: Fundação SEADE - (Base de dados: MEC/INEP - EDUDATABRASIL)).

• Taxas de Evasão Escolar

Em 2010 no nível de ensino que compreende da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, as taxas de evasão entre os municípios foram em geral baixas e relativamente homogêneas. Itatiba apresentou o maior valor, sendo este de 0,2%.

No nível de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental as taxas variaram de 0,4% a 0,9% na AII. Já no Ensino Médio as taxas foram bem mais altas, com valores variando de 1,9% a 4,5%.

No ensino fundamental todos os dados foram menores que a média estadual de 0,3% no ensino fundamental de 1ª a 4ª série e de 1,5% de 5ª a 8ª série. No ensino médio Jundiaí e Louveira apresentaram dados abaixo da média do Estado (4,5%), enquanto que Itatiba apresentou o mesmo valor, como mostra a **Figura 9.3.1.5-8**.

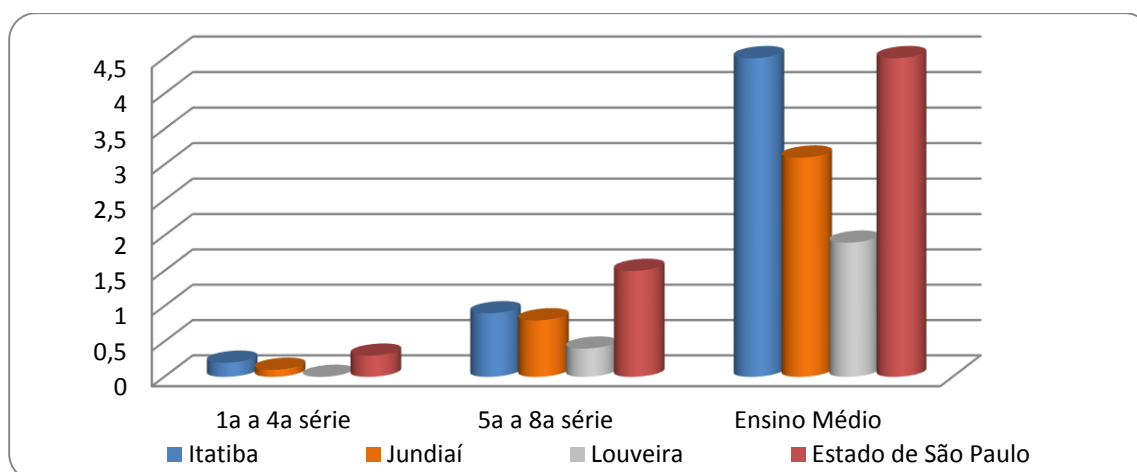


Figura 9.3.1.5-8: Taxas de Evasão Escolar no ano 2010 (Fonte: Fundação SEADE - (Base de dados: MEC/INEP - EDUDATABRASIL)).

9.3.1.6. Condições Domiciliares

Segundo dados do IBGE, entre os anos de 2000 e 2010, houve um aumento significativo no total de domicílios particulares permanentes na AII do empreendimento conforme **Quadro 9.3.1.6-1** e **Figura 9.3.1.6-1**.

O valor mais expressivo se deu no município de Louveira, com uma variação de mais de 75% passando de 6,310 para 11,051 domicílios. Itatiba e Jundiaí tiveram valores relativos menores, mas expressivos se considerados em valores absolutos.

Itatiba passou de 22.306 para 31,157, um aumento de 8.851 domicílios e variação de 39,7%. Já em Jundiaí o número de domicílios passou de 92.399 para 118.243, apresentando o menor valor de variação com 28% de aumento nos domicílios particulares permanentes, entretanto, o maior aumento em valores absolutos, cerca de 25.800 domicílios a mais.

A diferença no crescimento do número absoluto de domicílio nos municípios avaliados acompanha o ritmo de crescimento da população, menos expressivo em Jundiaí, que já apresentava uma grande população e uma economia mais consolidada, enquanto que Louveira se encontra em processo recente de ocupação.

Quadro 9.3.1.6-1: Total de Domicílios Particulares Permanentes.

Local	2000	2010	Variação no período (%)
Louveira	6.310	11.051	75,1
Jundiaí	92.399	118.243	28,0
Itatiba	22.306	31.157	39,7

Fonte: IBGE, 2010

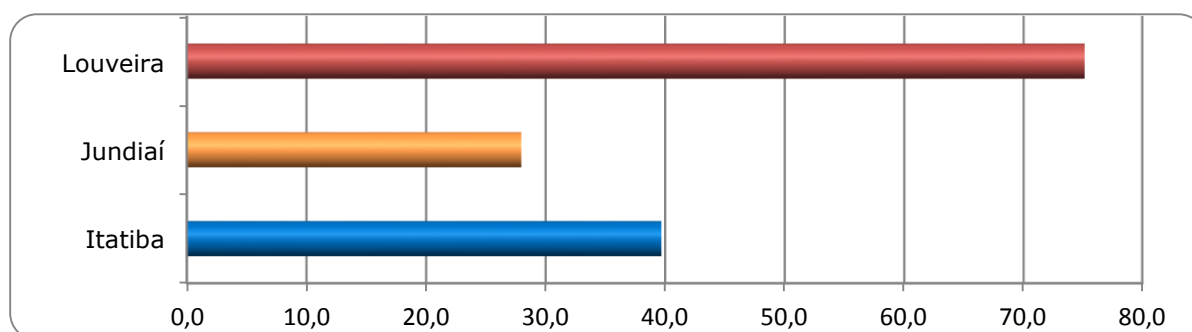


Figura 9.3.1.6-1: Aumento do Total de Domicílios Particulares Permanentes entre os anos de 2000 e 2010 (em %).

Ainda, os padrões habitacionais presentes nos municípios da AII foram classificados com base em duas variáveis do IBGE, referentes ao ano de 2010 – domicílios com espaço suficiente e domicílios com infraestrutura interna urbana adequada.

Os dados apresentados no **Quadro 9.3.1.6-2** e **Figura 9.3.1.6-2** a seguir revelam que os valores obtidos nos municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira são próximos aos resultados do Estado de São Paulo.

Quadro 9.3.1.6-2: Condições dos domicílios nos municípios da AII (IBGE, 2010).

Localidade	Domicílios com infraestrutura interna adequada (%) *
Itatiba	92,69
Jundiaí	94,68
Louveira	88,58
Estado de São Paulo	89,32

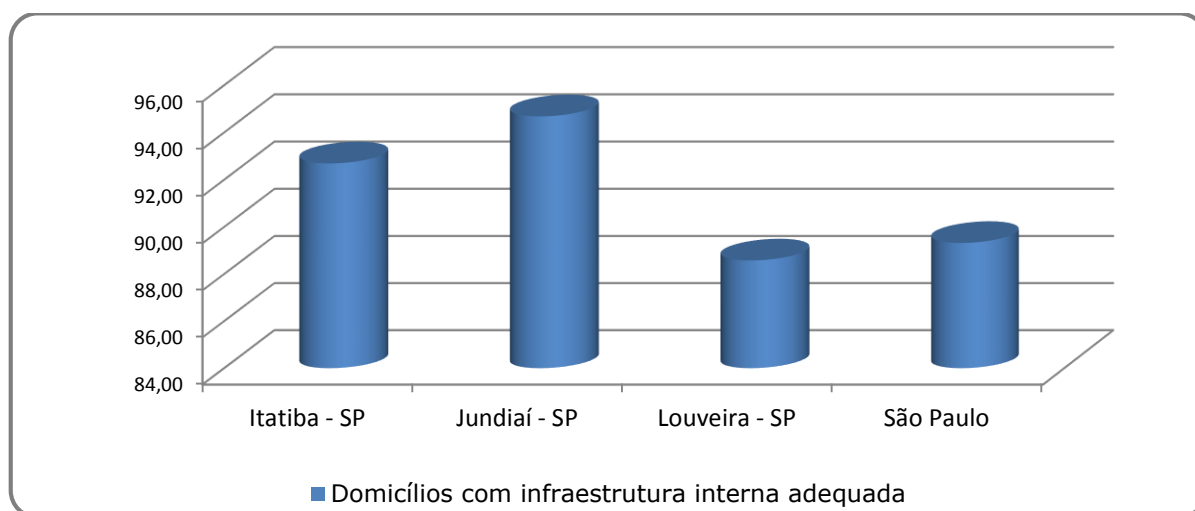


Figura 9.3.1.6-2: Condições dos domicílios nos municípios da AII (IBGE, 2000).

* Proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes.

9.3.1.7. Indicadores de Qualidade de Vida

Para a análise de qualidade de vida dos municípios que integram a AII, foram analisados diversos índices desenvolvidos por instituições oficiais. Estes índices estão apresentados a seguir, de acordo com a Fundação SEADE (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice Paulista de Responsabilidade Social e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal).

➤ IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O IDHM é um indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação, segundo a fórmula:

$$IDHM = \frac{\text{Índice de Longevidade} + \text{Índice de Educação} + \text{Índice de Renda}}{3}$$

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto educação, considera o número médio dos anos de estudo e a taxa de analfabetismo. Em relação à renda, considera a renda familiar per capita (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar).

Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os valores distribuem-se em 3 categorias:

Baixo desenvolvimento humano - quando o IDHM for menor que 0,500;

Médio desenvolvimento humano - para valores entre 0,500 e 0,800;

Alto desenvolvimento humano - quando o índice for superior a 0,800.

No **Quadro 9.3.1.7-1** a seguir, pode ser observado o IDHM dos municípios que compõem a AII, em comparação ao Estado de São Paulo.

No ano de 2010 os municípios de Itatiba e Louveira apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano inferior ao índice estadual, *médio desenvolvimento humano*, juntamente com a média do estado de São Paulo, enquanto que o município de Jundiaí se enquadra como *alto desenvolvimento humano* (índices superiores a 0,800).

Quadro 9.3.1.7-1: IDHM dos municípios que compõem a AII.

Localidade	IDHM no ano de 2000	Lugar no Ranking estadual ¹
Itatiba	0,778	75
Jundiaí	0,822	4
Louveira	0,777	80
Total para o Estado de São Paulo	0,783	--

➤ *Índice de Mortalidade Infantil*

Um indicador muito importante para a análise do Índice de Desenvolvimento Humano é a Mortalidade Infantil, que corresponde ao número de crianças que vão a óbito antes de atingir um ano de idade.

O elevado índice de mortalidade infantil em determinada localidade é proveniente basicamente de dois problemas e/ou causas: o rendimento familiar que afeta diretamente a quantidade e a qualidade da alimentação, e também as condições médico-sanitárias, como falta de pavimentação, esgoto, água tratada e condição da moradia.

No Estado de São Paulo, o percentual de mortalidade infantil diminuiu muito nas duas últimas décadas, passando de 16,97 em 2000 para 11,49 em 2013. No entanto, o índice continua muito elevado (SEADE, 2012).

Em relação ao índice de mortalidade infantil nos municípios da AII, também houve uma melhora significativa entre os anos de 2000 e 2012, com exceção do município de Louveira, que apresenta um aumento preocupante de 9,41 para 15,51 mortos a cada mil nascidos vivos.

No ano de 2000 todos os municípios se encontravam abaixo da média estadual. Em 2010 ocorreu uma diminuição significativa da média estadual e somente o município de Jundiaí acabou por apresentar uma taxa de mortalidade inferior à estadual, passando de 15,96 para 9,35.

Itatiba e Louveira não acompanharam a taxa estadual e do município de Jundiaí, e houve uma piora no índice ao longo da década. A piora é ainda mais significativa em Louveira, onde a taxa de mortalidade passou de 9,51 para 15,51. Superando a taxa estadual em quatro pontos.

O **Quadro 9.3.1.7-2** mostra um comparativo com os valores encontrados para cada município da AII e para o Estado de São Paulo.

Quadro 9.3.1.7-2: Taxa de Mortalidade Infantil (SEADE, 2012).

Localidade	Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	
	2000	2012
Itatiba	11,53	13,5
Jundiaí	15,96	9,35
Louveira	9,41	15,51
Estado de SP	16,97	11,47

➤ IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação do município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, conforme segue:

Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior;

Indicador sintético de longevidade: combinação linear de quatro taxas de mortalidade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior;

Indicador sintético de escolaridade: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior.

Quadro 9.3.1.7-3: Componentes dos Indicadores Sintéticos Setoriais e seus Respectivos Pesos.

Indicador	Componentes	Pesos
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica por ligação	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal per capita	14%
Longevidade	Taxa de Mortalidade perinatal	30%
	Taxa de Mortalidade infantil	30%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Taxa de Mortalidade de adultos de 60 anos e mais	20%

Indicador	Componentes	Pesos
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que frequentam a pré-escola	20%

Nota: Para cada ano de referência, as taxas de mortalidade referem-se à média do triênio. Por exemplo, para o IPRS-2000, utilizou-se a média do período 1999-2001.

Quadro 9.3.1.7-4: Parâmetros para a Classificação dos Municípios, por Dimensões do IPRS, segundo Categorias.

Grupos	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2008	Até 36	Até 64	Até 40
	2010	Até 39	Até 65	Até 49
Média	2008	-	65 a 67	41 a 45
	2010	-	66 a 68	50 a 53
Alta	2008	37 e mais	68 e mais	46 e mais
	2010	40 e mais	69 e mais	54 e mais

Quando combinados, esses indicadores geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, conforme as características descritas no **Quadro 9.3.1.7-5** abaixo.

Quadro 9.3.1.7-5: Critérios de Formação dos Grupos do IPRS.

Grupos	Critérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	

Grupos	Critérios	Descrição
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais

Os municípios da AII estão todos enquadrados no Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social. Isso significa que os municípios apresentam um nível elevado de índices de riqueza, longevidade e escolaridade.

O **Quadro 9.3.1.7-6** apresenta os valores calculados para o Estado de São Paulo e dos municípios inseridos na AII do empreendimento.

Quadro 9.3.1.7-6: Índice Paulista de Responsabilidade Social do ano de 2010.

Localidade	Longevidade	Riqueza	Escolaridade	Grupo
Itatiba	40	42	52	1
Jundiaí	73	49	56	1
Louveira	68	55	60	1
Estado SP	69	45	48	-

Fonte: Seade, 2012.

➤ IPRS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) classifica os municípios do estado de São Paulo em grupos de vulnerabilidade social, a partir de uma combinação entre dados demográficos e socioeconômicos.

O índice é calculado a partir do conjunto de variáveis existentes no banco de dados do universo do Censo demográfico (2010), e pode variar entre 7 classes:

1. *Baixíssima Vulnerabilidade – Urbanos e rurais não especiais e subnormais*
2. *Vulnerabilidade muito baixa – Urbanos e rurais não especiais e subnormais*
3. *Vulnerabilidade baixa – Urbanos e rurais não especiais e subnormais*
4. *Vulnerabilidade média – Urbanos não especiais e subnormais*
5. *Vulnerabilidade alta – Urbanos não especiais*
6. *Vulnerabilidade muito alta – Urbanas subnormais*
7. *Vulnerabilidade alta – Rurais*

Os dados apresentados nos parágrafos subsequentes foram extraídos do site do IPVS¹.

- **Município de Itatiba**

O Município de Itatiba, que integra a Região Administrativa de Campinas, possuía, em 2010, 99.897 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R\$2.854, sendo que em 8,4% dos domicílios não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,3% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 15,4% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,5% do total da população.

¹ IPVS: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=2>. Link acessado em: 07/11/2014.

Grupos de vulnerabilidade social

Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta, a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico.

Através da **Figura 9.3.1.7-1**, podemos observar a comparação entre os grupos do Município de Itatiba e do Estado de São Paulo.

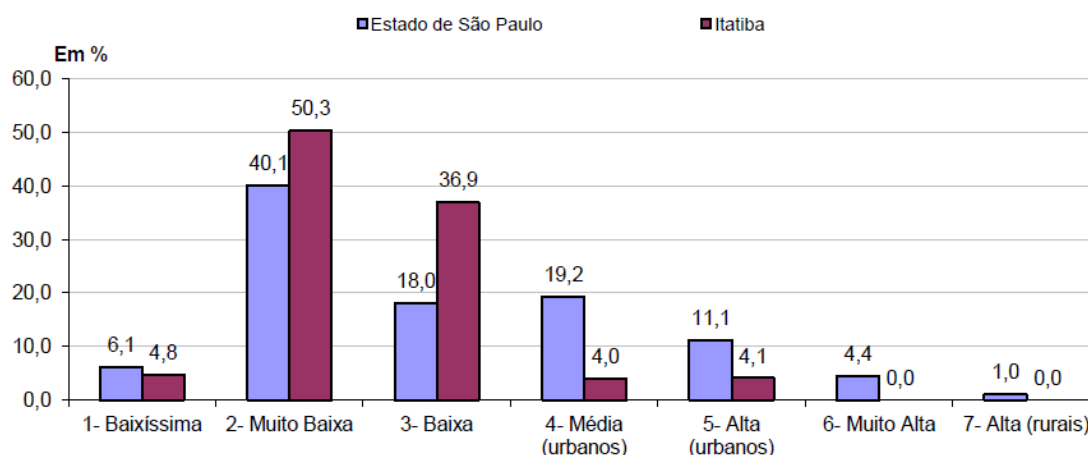


Figura 9.3.1.7-1: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Itatiba – 2010.
Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

O Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 4.761 pessoas (4,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$5.998 e em 4,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,8%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 16,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 6,7% do total da população desse grupo.

O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 50.278 pessoas (50,3% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$3.223 e em 5,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos

representavam 9,9%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 10,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 6,2% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 36.833 pessoas (36,9% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.120 e em 11,8% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,4%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 22,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,9% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 3.946 pessoas (4,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.734 e em 16,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,2%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 12,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,7% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 4.079 pessoas (4,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.630 e em 18,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 19,5%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 17,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 10,3% do total da população desse grupo.

As informações aqui descritas encontram-se sintetizadas no **Quadro 9.3.1.7-7**.

Quadro 9.3.1.7-7: Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de Itatiba – 2010.

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)
População (nº abs.)	99.897	4.761	50.278	36.833	3.946	4.079	-	-
População (%)	100	4,8	50,3	36,9	4	4,1	-	-
Domicílios particulares	30.689	1.516	15.973	10.979	1.125	1.096	-	-
Domicílios particulares permanentes	30.672	1.516	15.967	10.972	1.125	1.092	-	-
Número médio de pessoas por domicílio	3,2	3,1	3,1	3,3	3,5	3,7	-	-
Renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010)	2.854	5.998	3.223	2.120	1.734	1.630	-	-
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em reais de agosto de 2010)	878	1.910	1.026	633	495	438	-	-
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até um quarto do salário mínimo (%)	1,2	0,4	0,7	1,7	2,2	3,4	-	-
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (%)	8,4	4,7	5	11,8	16,6	18,6	-	-
Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio (em reais de agosto de 2010)	1.004	2.026	1.194	741	499	494	-	-
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	15,4	16,5	10,1	22	12	17,8	-	-
Responsáveis com menos de 30 anos (%)	4,3	13,8	9,9	20,4	13,2	19,5	-	-
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	95,7	98,5	97	94,8	93,2	85,9	-	-
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	46	45	50	42	48	44	-	-
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	7,5	6,7	6,2	8,9	7,7	10,3	-	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

• Município de Jundiaí

O Município de Jundiaí, que integra a Região Administrativa de Campinas, possuía, em 2010, 366.118 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R\$3.494, sendo que em 7,7% dos domicílios não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,4% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 12,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,2% do total da população.

Grupos de vulnerabilidade social

Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta, a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. As características desses grupos, no município de Indaiatuba, comparadas ao município de São Paulo, são apresentadas na **Figura 9.3.1.7-2**.

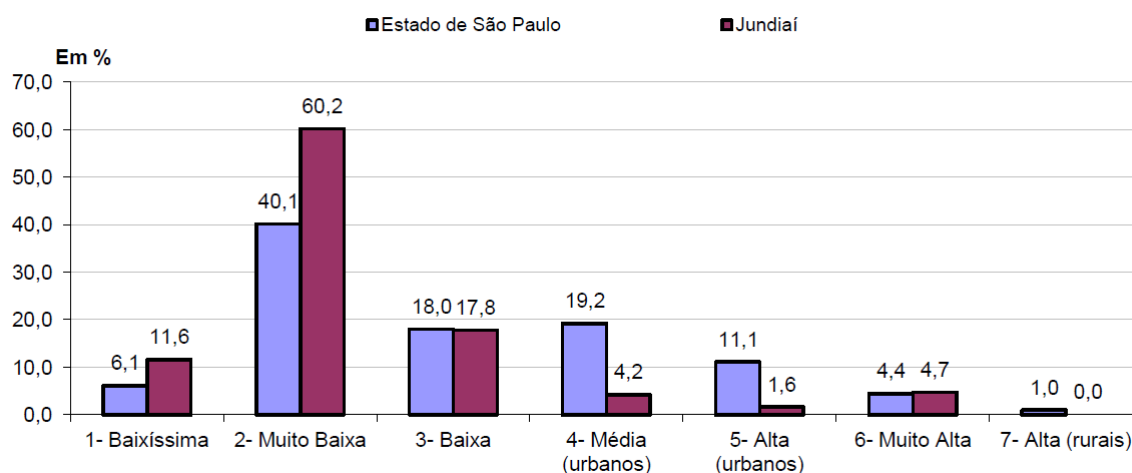


Figura 9.3.1.7-2: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Jundiaí – 2010.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

O Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 42.418 pessoas (11,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$6.609 e em 2,3% deles a renda não ultrapassava meio salário

mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 16,4% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,5% do total da população desse grupo.

O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 220.279 pessoas (60,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$3.415 e em 5,5% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,9%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 8,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 6,0% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 64.987 pessoas (17,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.453 e em 10,5% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,0%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 22,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,2% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 15.333 pessoas (4,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.829 e em 19,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,7%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 10,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,1% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 6.037 pessoas (1,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos

domicílios era de R\$1.627 e em 22,1% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 19,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 19,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,0% do total da população desse grupo.

O Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta - aglomerados subnormais): 17.064 pessoas (4,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.315 e em 30,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 24,8%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 25,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,5% do total da população desse grupo.

As informações aqui descritas encontram-se sintetizadas no **Quadro 9.3.1.7-8**.

Quadro 9.3.1.7-8: Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de Jundiaí – 2010.

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)
População (nº abs.)	366.118	42.418	220.279	64.987	15.333	6.037	17.064	-
População (%)	100	11,6	60,2	17,8	4,2	1,6	4,7	-
Domicílios particulares	117.148	14.954	71.747	19.871	4.251	1.707	4.618	-
Domicílios particulares permanentes	117.058	14.951	71.718	19.865	4.248	1.706	4.570	-
Número médio de pessoas por domicílio	3,1	2,8	3,1	3,3	3,6	3,5	3,7	-
Renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010)	3.494	6.609	3.415	2.453	1.829	1.627	1.315	-
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em reais de agosto de 2010)	1.120	2.331	1.115	751	507	460	356	-
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até um quarto do salário mínimo (%)	1,4	0,4	0,8	1,8	4,1	6,2	8	-
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (%)	7,7	2,3	5,5	10,5	19,7	22,1	30,7	-

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)
Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio (em reais de agosto de 2010)	1.241	2.452	1.273	756	595	498	430	-
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	12,9	16,4	8	22,1	10,8	19,9	25	-
Responsáveis com menos de 30 anos (%)	12,4	13,1	8,9	21	12,7	19,1	24,8	-
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	96,7	98,9	97,6	96,4	89,1	89,5	85,5	-
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	48	45	51	42	46	44	40	-
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	7,2	7,5	6	9,2	9,1	9	11,5	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

• Município de Louveira

O Município de Louveira, que integra a Região Administrativa de Campinas, possuía, em 2010, 36.945 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R\$2.695, sendo que em 8,9% dos domicílios não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,3% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 21,6% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,9% do total da população.

Grupos de vulnerabilidade social

Os sete grupos do IPVS resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta, a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. As características desses grupos, no município de Indaiatuba, comparadas ao município de São Paulo, são apresentadas na **Figura 9.3.1.7-3**.

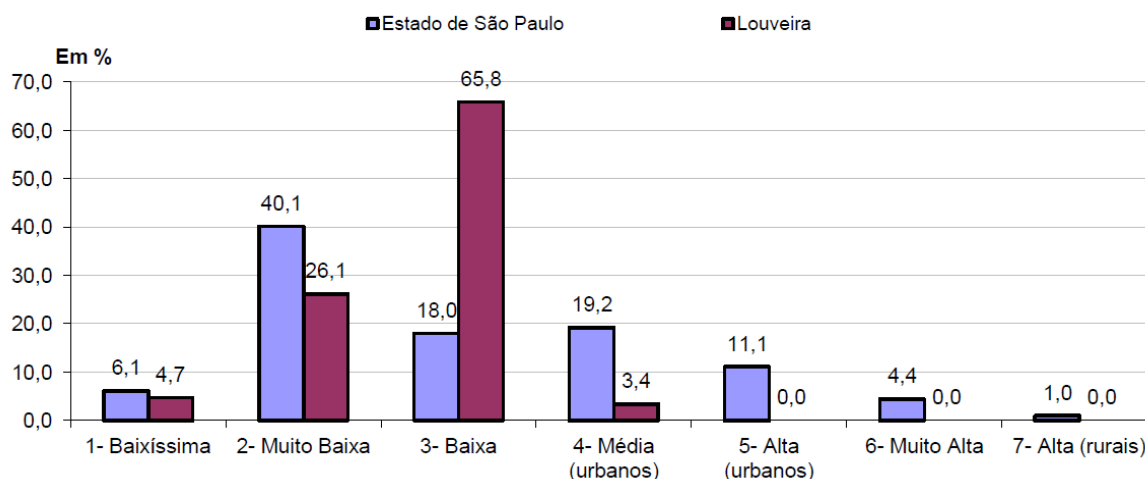


Figura 9.3.1.7-3: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Louveira – 2010.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

O Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 1.747 pessoas (4,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$6.626 e em 2,5% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 19,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 17,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,3% do total da população desse grupo.

O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 9.638 pessoas (26,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$3.355 e em 7,8% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 8,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,5% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 24.303 pessoas (65,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios

era de R\$2.150 e em 9,5% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 28,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 26,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,4% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 1.257 pessoas (3,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.066 e em 14,9% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 9,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,0% do total da população desse grupo.

As informações aqui descritas encontram-se sintetizadas no **Quadro 9.3.1.7-9**.

Quadro 9.3.1.7-9: Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de Louveira – 2010.

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (Aglomerados subnormais)	7 - Alta (Rurais)
População (nº abs.)	36.945	1.747	9.638	24.303	1.257	-	-	-
População (%)	100	4,7	26,1	65,8	3,4	-	-	-
Domicílios particulares	11.003	552	2.946	7.190	315	-	-	-
Domicílios particulares permanentes	10.998	552	2.944	7.187	315	-	-	-
Número médio de pessoas por domicílio	3,4	3,2	3,3	3,4	4	-	-	-
Renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010)	2.695	6.626	3.355	2.150	2.066	-	-	-
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em reais de agosto de 2010)	804	2.093	1.026	637	518	-	-	-
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até um quarto do salário mínimo (%)	1,3	0,4	1,3	1,3	2,5	-	-	-

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (Aglomerados subnormais)	7 - Alta (Rurais)
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (%)	8,9	2,5	7,8	9,5	14,9	-	-	-
Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio (em reais de agosto de 2010)	919	3.234	1.304	718	662	-	-	-
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	21,6	17,5	8,8	26,9	9,1	-	-	-
Responsáveis com menos de 30 anos (%)	22,3	19,6	10,1	28,1	8,6	-	-	-
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	95,1	98,7	96,5	94,4	92,7	-	-	-
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	42	42	47	40	48	-	-	-
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	8,9	9,3	7,5	9,4	8	-	-	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

9.3.1.8. Atividades Econômicas

Os municípios da AII estão localizados entre a Região Metropolitana de Campinas e a Capital do estado, ocupando assim posição de destaque no cenário estadual, pois integra um dos mais importantes espaços econômicos do interior do Estado de São Paulo.

É parte do núcleo urbano-industrial que tem como epicentro a Capital, e polariza um vasto território, de elevado nível de desenvolvimento, exercendo grande influência sobre outros importantes centros regionais, inclusive sobre estados limítrofes.

A infraestrutura de transportes, a proximidade do maior mercado consumidor do país (a Região Metropolitana de São Paulo), o sofisticado sistema de ciência e tecnologia, a mão-de-obra altamente qualificada, entre outros, deram à Região para instalação de novas empresas e para formação de arranjos produtivos nas áreas de petroquímica, têxtil, cerâmica e flores, entre outros.

Jundiaí é um município exemplo no estado de São Paulo, é bastante conhecido como a terra da uva e do morango, tendo um grande destaque no cenário nacional. Mas, além de ter uma grande produção agrícola, o município tornou-se um polo para empresas de logística com armazéns da Renault/Nissan, Magazine Luiza, Sadia e ainda possui um parque industrial com mais de quinhentas empresas se destacando nos setores de alimentos (Frigor Hans, Parmalat), bebidas (Coca-Cola/Femsa, Cereser, Ambev), cerâmica (Deca, Roca e Ideal Standard), autopeças (Sifco, Neumayer Tekfor, Mahle), metalurgia (Siemens, CBC Indústrias Pesadas, Sulzer), borracha, plásticos, embalagens e bens duráveis (Plascar, Foxconn, , Compal Electronics, Arima, Itautech), dentre outros setores.

Os municípios da AII abrigam ainda importante produção de frutas e integram o Polo Turístico do Circuito das Frutas, no qual a comercialização e a degustação têm impulsionado, além do agronegócio, o turismo.

Além disso, investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, na ampliação do Aeroporto de Viracopos e no projeto de instalação do TAV (Trem de Alta Velocidade) são instrumentos de aquecimento da economia nacional, com reflexos positivos para os municípios da AII na geração de emprego, em todos os setores econômicos.

➤ Estrutura Fundiária Rural

A partir da década de 70, a atividade agrícola do Estado de São Paulo vem se transformando de forma intensa. Os municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira acompanham esse processo, que tem como resultado mudanças do perfil agrícola, associadas ao grau de urbanização que se intensificou, não somente na região, mas como em todo o estado, além da mecanização da agricultura e a segmentação da produção.

Segundo dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuárias (Projeto LUPA) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no período de julho/2007 a setembro/2008 as áreas rurais de Itatiba, Louveira e

Jundiaí possuíam, respectivamente, 763; 1.535 e 312 unidades de produção agropecuárias (UPAS).

O **Quadro 9.3.1.8-1** lista o número de UPAS dos municípios da AII, e a área ocupada por estas unidades agropecuárias. Já a **Figura 9.3.1.8-1** demonstra que os municípios da AII comportam-se de maneira semelhante quanto às unidades agropecuárias do Estado de São Paulo: a maioria das UPAs nos municípios possuem entre 2 e 5 ha, seguida pelas UPAS entre 5 e 10 ha.

As UPAs com áreas entre 0 e 1 ha são as que menos ocupam os territórios dos municípios: 4,9 ha em Itatiba e 59,7 ha em Jundiaí e 10,6 ha em Louveira. As UPAs com áreas entre 2 a 5 há se encontram em maior quantidade nos municípios da AII (200 unidades em Itatiba, 521 em Jundiaí e 124 em Louveira). Com relação a ocupação do território em Itatiba se destaca as UPAs entre 200 e 500 ha com uma área de 6.055,2 ha, em Jundiaí a maior ocupação do território se dá pelas UPAs de 1.000 a 5.000 ha, com uma área de 3.955,2 ha e em Louveira está ligado as UPAs de 20 a 50 ha, com uma área de 568,1 ha.

Quadro 9.3.1.8-1: Quantidade de unidades de produção agropecuárias (UPAs) nos municípios da AII, por área (Fonte: CATI, 2008).

Tamanho das UPAs (área)	Itatiba		Jundiaí		Louveira	
	nº de UPAs	Área (ha)	nº de UPAs	Área (ha)	nº de UPAs	Área (ha)
0 a 1 ha	6	4,9	91	59,7	13	10,6
1 a 2 ha	37	64,7	174	284,7	46	80,5
2 a 5 ha	200	711,5	521	1743,5	124	393,0
5 a 10 ha	172	1300,9	326	2436,7	70	500,2
10 a 20 ha	134	1926,9	220	3039,1	33	449,9
20 a 50 ha	134	4309,9	133	3934,5	18	568,1
50 a 100 ha	35	2976,2	42	2817,9	6	389,2
100 a 200 ha	21	2939,5	16	2255,2	2	345,8
200 a 500 ha	17	6055,2	7	2134,9	-	-
500 a 1.000 ha	6	4031,5	1	681,7	-	-
1.000 a 2.000 ha	1	1475,0	3	3955,2	-	-
2.000 a 5.000 ha	-	-	1	2706,0	-	-
Total	763	25.796,2	1.535	26.049,1	312	2.737,3

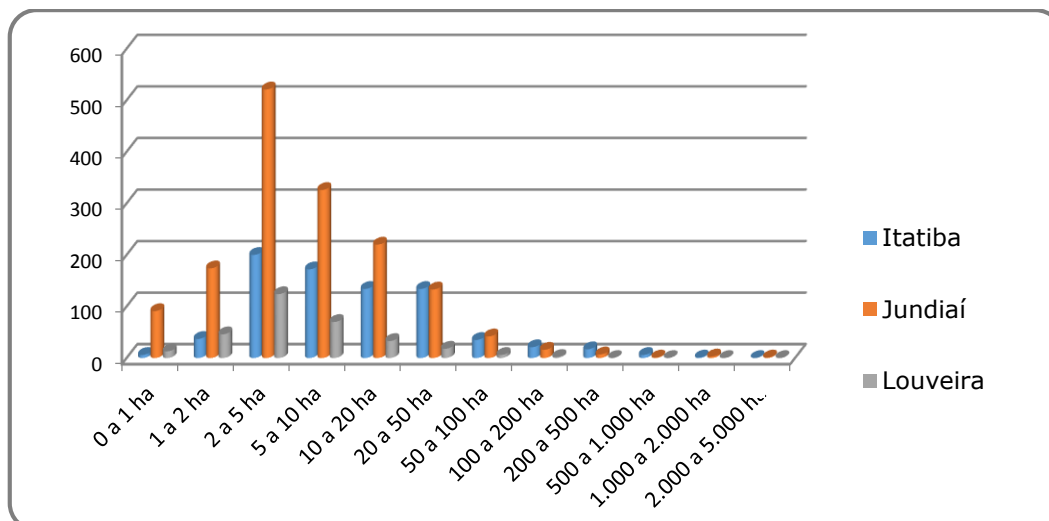


Figura 9.3.1.8-1: Quantidade de unidades de produção agropecuárias (UPAs) nos municípios da AII, por área (Fonte: CATI, 2008).

O **Quadro 9.3.1.8-2** e a **Figura 9.3.1.8-2** apresentam, em hectares, a ocupação do solo rural, nos municípios da AII. As pastagens predominam no município de Itatiba com 13.743,5 ha em Jundiaí tem-se o predomínio de áreas com vegetação natural 7.756,9, em Louveira tem-se o destaque para as Áreas Complementares, com um total de 840,2 ha, as pastagens ficam em segundo lugar tanto em Louveira como em Jundiaí com uma área de 795,9 ha, e 6.514,0 ha, respectivamente. Em Jundiaí se destaca também as áreas com reflorestamento, com área de 5.492,8 hectares.

Quadro 9.3.1.8-2: Ocupação do solo rural, nos municípios da AII (Fonte: CATI, 2008).

Tipos de uso das UPAs	Itatiba	Jundiaí	Louveira
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Área com pastagens	13.743,5	6.514,0	795,9
Área em descanso	514,3	847,2	4,5
Área com cultura temporária	2.766,7	1.110,7	138,1
Área com reflorestamento	2.585,9	5.492,8	163,8
Área com vegetação natural	3.346,6	7.756,9	270,2
Área complementar	1.699,2	1.679,1	840,2
Área com cultura perene	819,9	2.622,2	482,8
Área com vegetação de brejo e várzea	320,1	26,2	41,8
Total	25.796,2	26.049,1	2.737,3

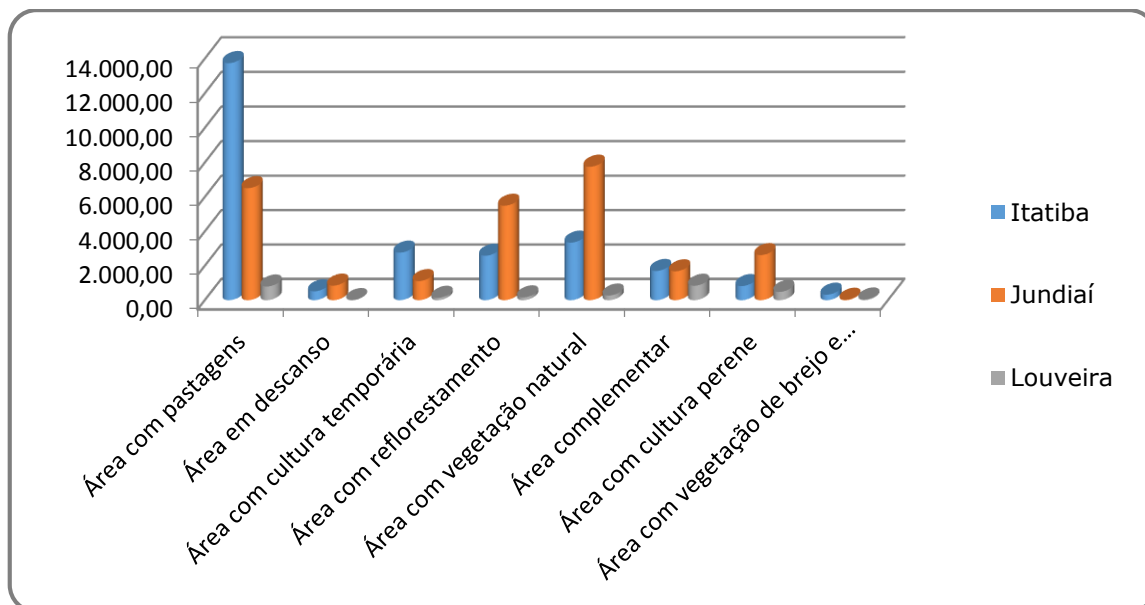


Figura 9.3.1.8-2: Ocupação do solo rural, nos municípios da AII (Fonte: CATI, 2008).

➤ Agricultura

Quanto às culturas mais praticadas na AII, pôde-se observar uma semelhança no perfil dos municípios: Itatiba, Louveira e Jundiaí quantitativos mais elevados para a cultura temporária em comparação à cultura perene.

O **Quadro 9.3.1.8-3** e a **Figura 9.3.1.8-3** mostram as culturas mais praticadas em Itatiba, Jundiaí e Louveira, em área, conforme dados da CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008, corroborando o parágrafo anterior.

Observa-se nos municípios da AII do empreendimento a predominância do cultivo de Uva Rústica, que aparece em 1º lugar em Jundiaí (1.843,4 ha) e em Louveira (328,4 ha), e aparece em 5º lugar em Itatiba (184,7 ha). O milho também é bastante cultivado nos municípios, estando em 1º lugar em Itatiba (1.621,9 ha), em 2º lugar em Jundiaí (478 ha) e em 3º lugar em Louveira (52,1 ha).

A cana-de-açúcar é bastante cultivada também em Itatiba, com 862,7 ha, aparecendo em 5º lugar em Louveira com 18 ha e 13º lugar em Jundiaí com 27,9 ha.

Quadro 9.3.1.8-3: Relação das 20 culturas mais praticadas em Itatiba, Jundiaí e Louveira, em área (Fonte: CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

ITATIBA			JUNDIAÍ			LOUVEIRA		
CULTURA		ÁREA(ha)	CULTURA		ÁREA(ha)	CULTURA		ÁREA(ha)
1	Milho	1.621,9	1	Uva Rústica	1.843,4	1	Uva Rústica	328,4
2	Cana-de-açúcar	862,7	2	Milho	478,0	2	Caqui	70,2
3	Feijão-vagem	384,4	3	Olerícolas	261,5	3	Milho	52,1
4	Café	203,4	4	Tangerina	198,7	4	Figo	40,5
5	Uva Rústica	184,7	5	Caqui	172,7	5	Cana-de-açúcar	18,0
6	Caqui	162,1	6	Laranja	11,5	6	Mandioca	14,7
7	Couve-flor	110,8	7	Pêssego	69,7	7	Feijão-vagem	11,3
8	Pimentão	76,0	8	Feijão	58,3	8	Alface	10,2
9	Pomar doméstico	64,4	9	Banana	43,1	9	Pomar doméstico	7,8
10	Pêssego	45,3	10	Mandioca	42,3	10	Abóbora	6,0
11	Abóbora	38,0	11	Alface	35,8	11	Acerola	4,9
12	Laranja	35,8	12	Café	29,9	12	Olerícolas	4,7
13	Figo	32,5	13	Cana-de-açúcar	27,9	13	Pêssego	4,4
14	Tangerina	32,0	14	Pimentão	26,1	14	Morango	3,7
15	Repolho	22,8	15	Morango	22,7	15	Couve	3,5
16	Morango	22,0	16	Tangelo	21,0	16	Tangerina	3,5
17	Jiló	19,2	17	Abóbora	20,8	17	Feijão	3,3
18	Brócolis	19,0	18	Flores Ornamentais	20,3	18	Goiaba	3,2
19	Alface	18,1	19	Floricultura para corte	20,3	19	Macadâmia	3,0

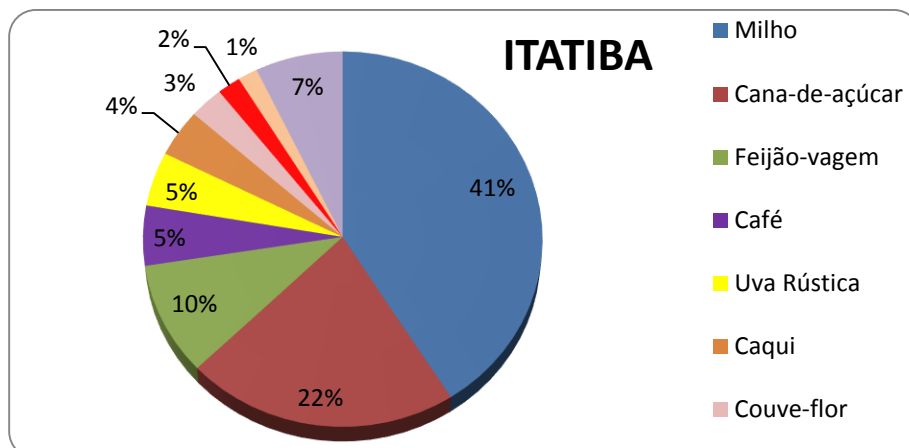


Figura 9.3.1.8-3a: Culturas mais praticadas em Itatiba, em % (Fonte: CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

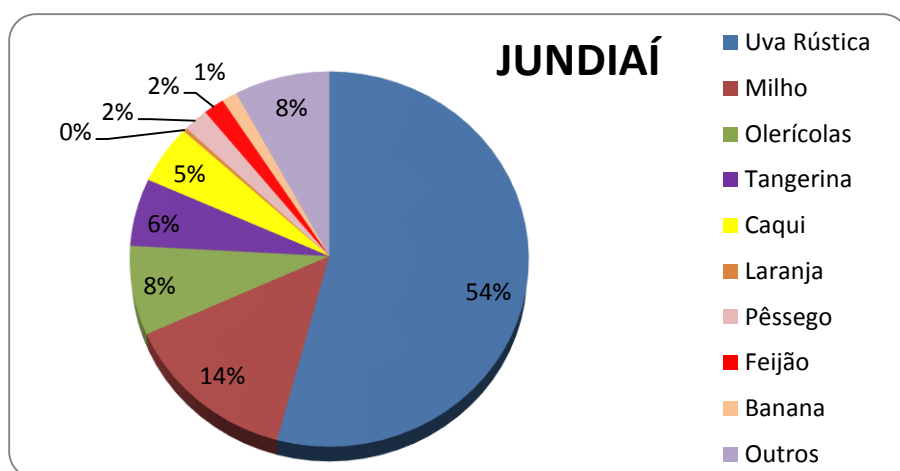


Figura 9.3.1.8-3b: Culturas mais praticadas em Jundiaí, em % (Fonte: CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

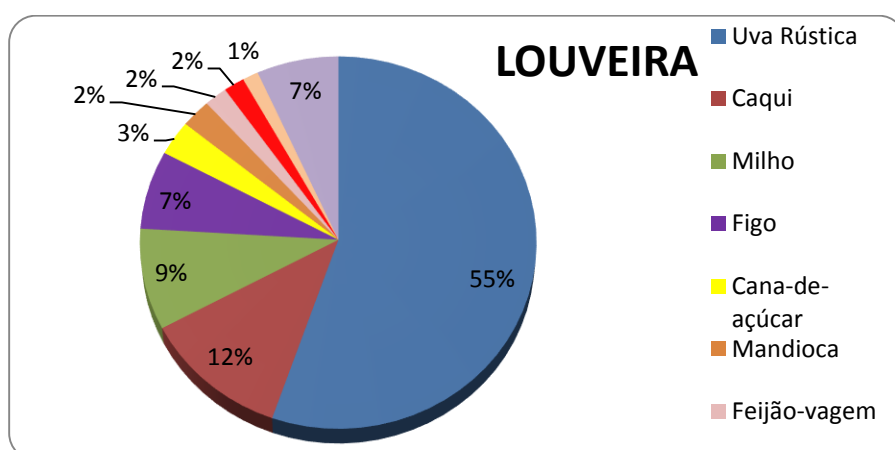


Figura 9.3.1.8-3c: Culturas mais praticadas em Louveira, em % (Fonte: CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

➤ Pecuária

Já a exploração animal é semelhante nos municípios analisados. Segundo os dados da CATI, de 2007/2008, a principal exploração de ambos os municípios é a avicultura de corte. A piscicultura aparece na 2º opção em Itatiba e em Jundiaí em 3º lugar em Louveira. A avicultura para ovos aparece na 2º colocação em Louveira, e em 3º em Jundiaí, já em Itatiba o 3º lugar se dá na Bovinocultura de corte.

Também se destaca nos municípios a Bovinocultura mista, a Suinocultura, a Codornicultura e a avicultura ornamental / decorativa / exótica, como pode ser observado no **Quadro 9.3.1.8-4**.

Quadro 9.3.1.8-4: Exploração animal nos municípios da AII (Fonte: CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

ITATIBA			JUNDIAÍ		
Animal	Qtd.		Animal	Qtd.	
Avicultura de corte	cab./ano	3.243.050,0	Avicultura de corte	cab./ano	3.548.231,0
Piscicultura, área de tanques	m2	12.800,0	Piscicultura, área de tanques	m2	314.652,0
Bovinocultura de corte	cabeças	9.610,0	Avicultura para ovos	cabeças	34.744,0
Bovinocultura mista	cabeças	5.063,0	Codornicultura	cabeças	16.000,0
Suinocultura	cabeças	1.403,0	Suinocultura	cabeças	10.134,0
Avicultura ornamental/ decorativa/ exótica	cabeças	1.150,0	Avicultura ornamental/ decorativa/ exótica	cabeças	3.348,0

LOUVEIRA		
Animal	Qtd.	
Avicultura de corte	cab./ano	3.469.500,0
Avicultura para ovos	cabeças	62.400,0
Piscicultura, área de tanques	m2	44.058,0
Codornicultura	cabeças	6.000,0
Suinocultura	cabeças	3.484,0
Bovinocultura de corte	cabeças	315,0

➤ Extrativismo Vegetal e Espécies Florestais

O extrativismo vegetal da AII limita-se à silvicultura, isto é, exploração da madeira, principalmente Eucalipto, para produção de lenhas e madeira em tora para papel e celulose e para outras finalidades.

Segundo a CATI (2007/2008), Itatiba Jundiaí e Louveira possuíam, respectivamente, 179, 473 e 49 unidades ocupadas por reflorestamento, equivalendo a 2.585,9 ha, 5.492,8 ha e 163,8 ha.

No entanto, o extrativismo vegetal da AII tem mostrado grandes mudanças no comparativo das últimas décadas. Conforme indicado pelos dados da SEADE, Jundiaí não teve produção de lenha nos anos de 2000 e 2010.

No ano de 2000, Itatiba produzia cerca de 80.000 m³/ano e Louveira 8.000 m³/ano, já em 2010 houve uma queda nessa produção, Itatiba passou a produzir 55.000 m³/ano e Louveira 7.500 m³/ano. Os dados revelam que o extrativismo vegetal teve uma queda significativa nos municípios, bem como no total do Estado de São Paulo, como mostra o **Quadro 9.3.1.8-5** e a **Figura 9.3.1.8-4**.

Quadro 9.3.1.8-5: Produção de lenha (m³/ano) nos municípios da AII e RMC (Fonte: SEADE; CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

ANO	ITATIBA	JUNDIAÍ	LOUVEIRA	Estado de São Paulo
2000	80.000	-	8.000	7.242.438
2010	55.000	-	7.500	6.662.921

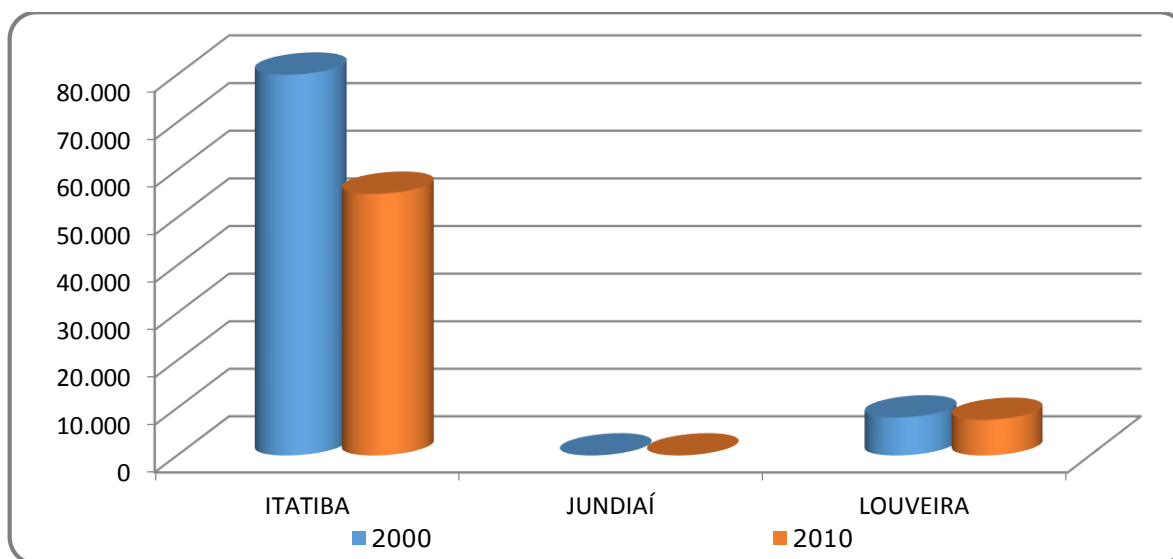


Figura 9.3.1.8-4: Produção de lenha (m³/ano) nos municípios da AII (Fonte: SEADE; CATI/Projeto Lupa, referentes aos anos de 2007/2008).

➤ Indústria, Comércio e Serviços

O **Quadro 9.3.1.8-6** mostra o total do número de estabelecimentos por atividade econômica, nos anos de 2006 e 2012, segundo o Cadastro Geral de Empresas, disponibilizado pelo IBGE, 2012.

Quadro 9.3.1.8-6: Perfil Econômico Municipal dos Municípios da AII (SEBRAE, 2012).

MUNICÍPIO	COMÉRCIO	SERVIÇO	INDÚSTRIA
Ano de 2006			
Itatiba	25	1.531	109
Jundiaí	45	6.055	351
Louveira	1	478	33
Ano de 2012			
Itatiba	57	1.678	189
Jundiaí	141	6.148	765
Louveira	38	516	55

Fonte: IBGE, 2012.

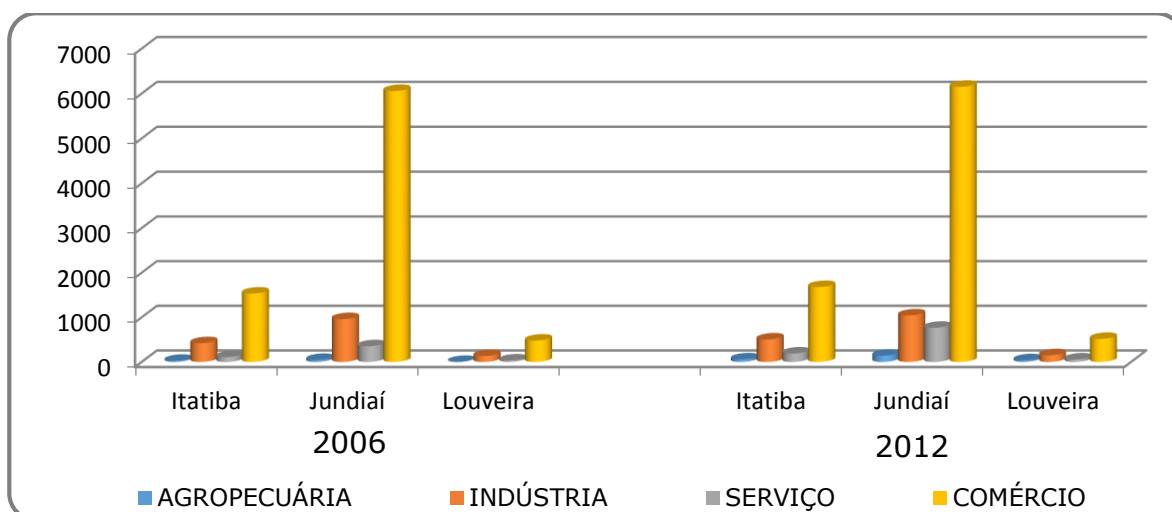


Figura 9.3.1.8-5: Número de estabelecimentos nos municípios da AII referente aos anos de 2006 e 2012 (Fonte: IBGE, 2012).

É possível observar que, no período analisado, houve crescimento no número de estabelecimentos, agropecuários, industriais, comerciais e de serviços nos municípios da AII, observa-se que os maiores valores são referentes ao setor de comércio no ano de 2012.

Quando analisado o *Valor Adicionado (VA)* (valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo), ou seja, a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades, observa-se novamente aumento expressivo em todos os setores, em ambos os municípios, conforme observado no **Quadro 9.3.1.8-7** e as **Figura 9.3.1.8-6 e 7** (segundo dados da Fundação Seade - PIB Municipal 2000).

Quadro 9.3.1.8-7: Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes (Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal 2000).

Municípios	Valor Adicionado					PIB ⁽²⁾ (em milhões de reais)	PIB per <i>Capita</i> ⁽³⁾ (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)		Total (em milhões de reais)		
			Administração Pública	Total ⁽¹⁾			
Ano de 2000							
Itatiba	8,42	368,34	68,49	586,93	963,69	1.134,98	14.014,38
Jundiaí	16,39	1.616,50	287,99	2.633,34	4.266,23	5.050,82	15.634,52
Louveira	6,06	308,46	23,2	224,05	538,57	673,06	28.259,48
Ano de 2012							
Itatiba	32,15	4.402,07	280,80	1.639,74	3.073,96	3.663,94	34.953,91
Jundiaí	41,65	6.401,50	1.087,63	13.252,92	19.696,08	23.712,62	62.715,55
Louveira	19,64	2.453,09	137,66	6.817,70	9.290,42	11.173,99	283.589,47

(1) Inclui o VA da Administração Pública.

(2) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(3) O PIB *per Capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

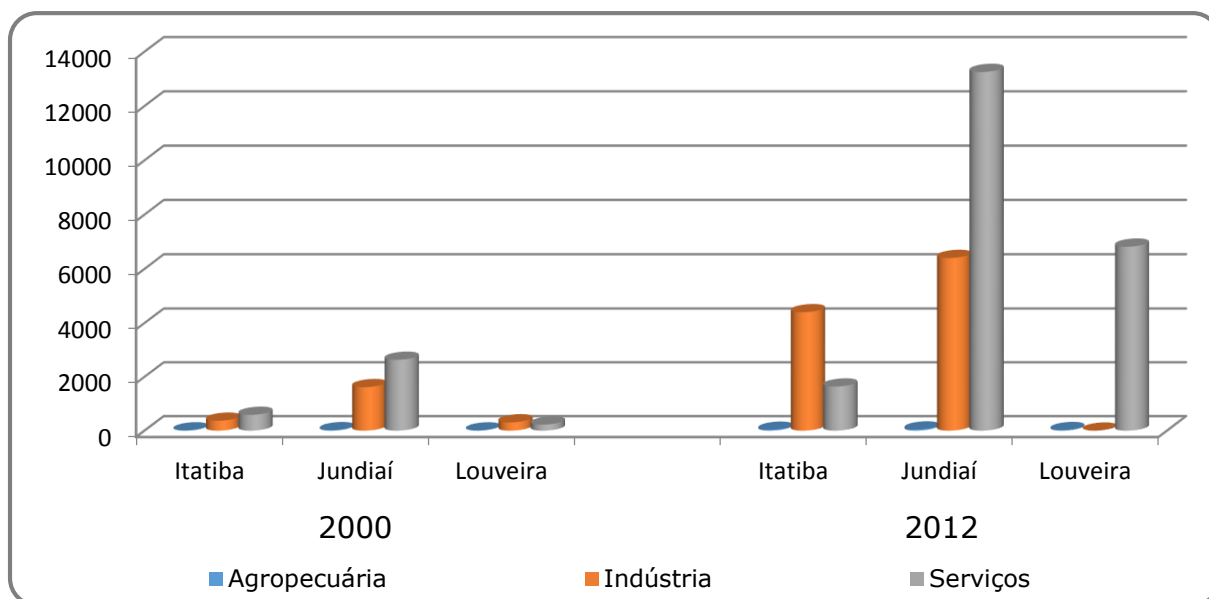


Figura 9.3.1.8-6: Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica nos municípios da AII dos anos de 2000 e 2012 (Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal).

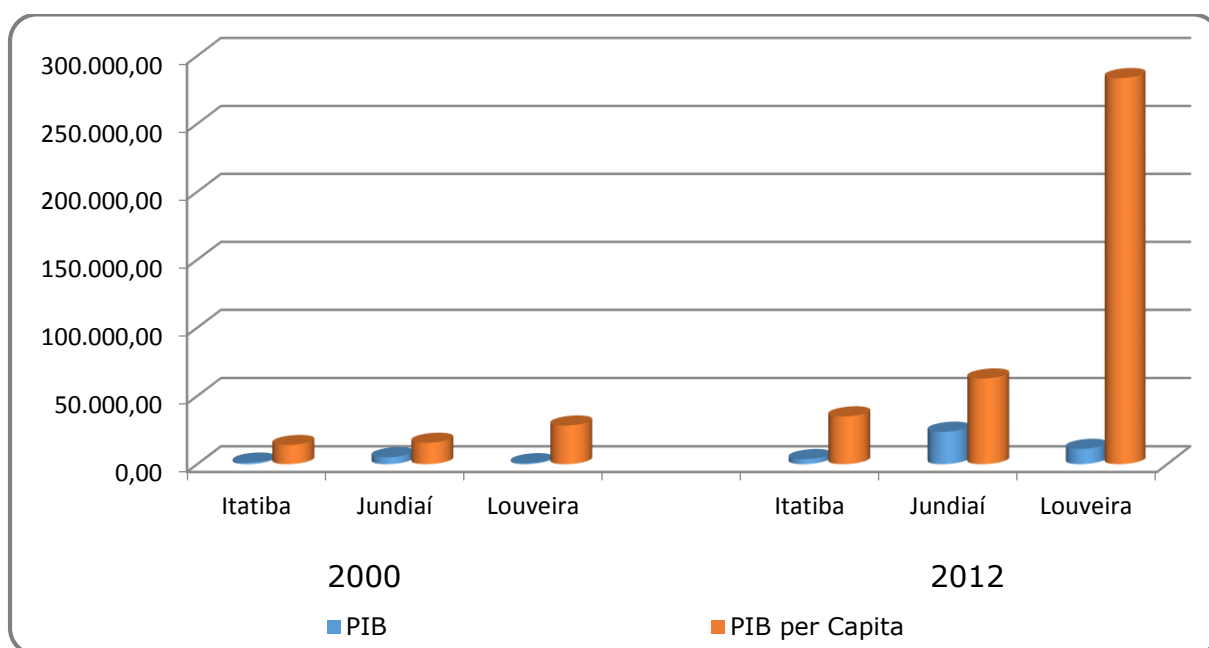


Figura 9.3.1.8-7: Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes nos municípios da AII dos anos de 2000 e 2012 (Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal).

9.3.1.9. Trabalho e Renda

Para análise dos dados referentes à Renda, foram selecionadas algumas variáveis significativas, tais como: renda per capita, rendimento dos responsáveis pelos domicílios e rendimento médio no emprego e por setor de atividade.

O valor médio da renda per capita dos habitantes de Itatiba e Jundiaí encontram-se acima da média da Estadual, enquanto Louveira se encontra um pouco abaixo.

O município que mais se destaca nesse cenário é Jundiaí, com renda per capita de R\$ 1.121,82, Itatiba apresenta renda de R\$ 884,00 e Louveira R\$ 803,00, a média do estado é de R\$ 853,75.

Quadro 9.3.1.9-1: Renda Per Capita – 2000 e 2010.

Localidade	Renda per capita (em reais correntes)	
	2000	2010
Itatiba	428,84	884,00
Jundiaí	548,13	1.121,82
Louveira	341,26	803,00
Estado de São Paulo	440,92	853,75

Fonte: SEADE, 2010.

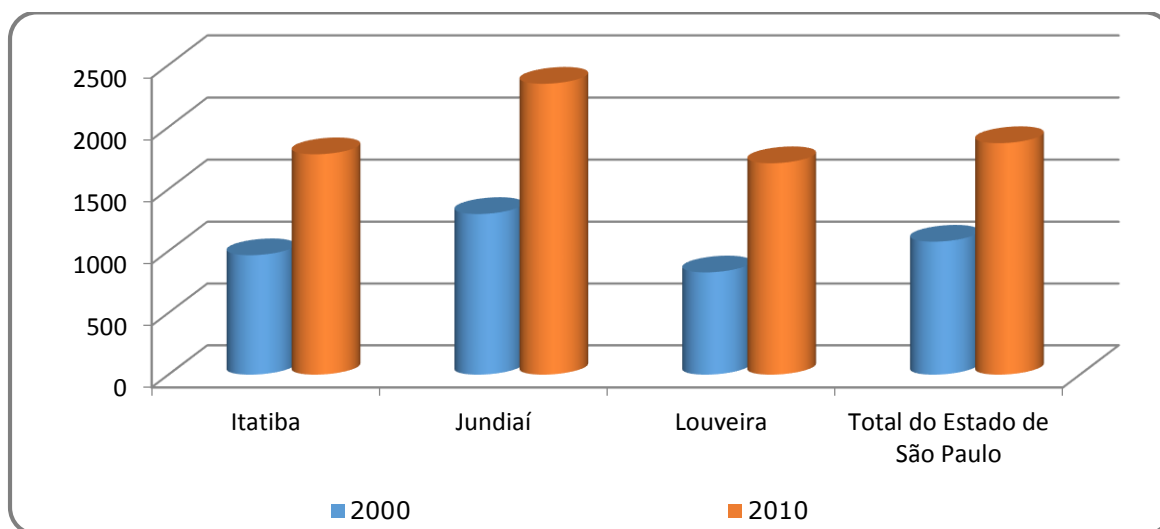


Figura 9.3.1.9-1: Rendimento Médio Mensal das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes nos anos de 2000 e 2010 (Fonte: IBGE/SEADE, 2011).

No caso do rendimento médio mensal dos responsáveis pelos domicílios, o valor encontrado para Itatiba foi de R\$1.780,91, em Jundiaí o valor foi de R\$2.348,60 e em Louveira foi de R\$1.708,80. Os municípios de Itatiba e Louveira estão abaixo da média estadual que atinge 1.870,49 reais (SEADE, 2000).

O **Quadro 9.3.1.9-2** apresentado a seguir foi elaborado com base nos dados disponibilizados pela Fundação SEADE/IBGE para o ano de 2010. Nele estão sintetizadas as variáveis referentes ao rendimento médio e aos vínculos empregatícios por setor de atividade.

Os gráficos mostrados a seguir (**Figura 9.3.1.9-2**) apresentam a proporcionalidade no número de vínculos empregatícios por setor de atividade nos Municípios pertencentes à AII. Desta maneira é possível observar que os setores de atividade predominantes na AII são serviços, comércio e indústria, respectivamente.

Os municípios de Itatiba e de Louveira apresentam maior vínculo no setor de comércio, seguido do setor de serviços. Enquanto que em Jundiaí o setor de serviços possui maior vínculo empregatício que o setor de comércio, seguindo a tendência do estado de São Paulo. A indústria fica em terceiro lugar nos três municípios da AII.

O setor de comércio, em todos os municípios da AII, possui maior vínculo empregatício que a média estadual.

Quadro 9.3.1.9-2: Rendimento Médio e Vínculos Empregatícios por Setor de Atividade (SEADE/IBGE, 2010).

SETOR	LOCALIDADE											
	ITATIBA			JUNDIAÍ			LOUVEIRA			ESTADO DE SÃO PAULO		
	R\$	Vínculo	Vínculo %	R\$	Vínculo	Vínculo %	R\$	Vínculo	Vínculo %	R\$	Vínculo	Vínculo %
Agropecuária	940,26	608	1,69	861,41	535	0,33	1.008,93	223	1,23	1.132,13	329.399	2,56
Comércio	1.873,29	14.954	41,67	2.641,54	45.924	28,32	1.832,50	7.317	40,52	2.336,04	2.757.559	21,42
Construção Civil	2.025,47	2.941	8,19	1.393,79	7.410	4,57	1.130,69	195	1,08	1.668,49	666.425	5,18
Indústria	1.135,19	5.184	14,44	1.568,69	35.163	21,68	2.410,56	3.947	21,86	1.457,84	2.484.504	19,30
Serviços	1.345,37	12.203	34,00	1.654,51	73.149	45,10	1.906,21	6.377	35,31	2.099,51	6.635.718	51,55

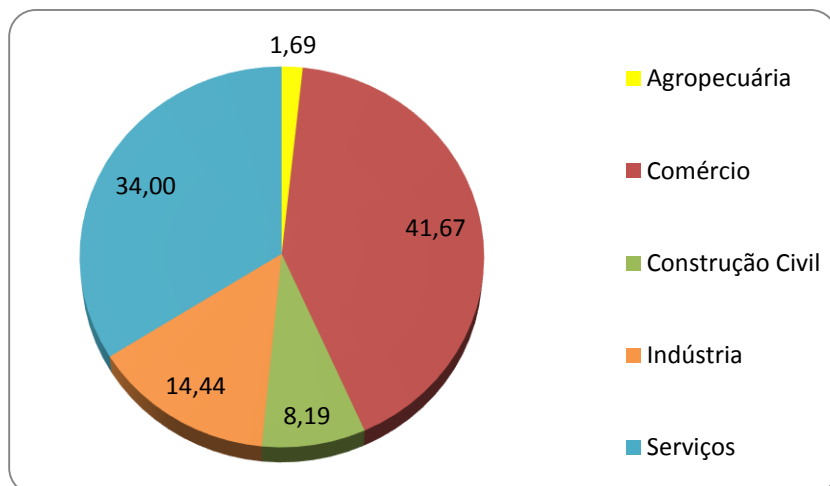


Figura 9.3.1.99-2a: Participação dos vínculos empregatícios por setor de atividade no Município de Itatiba - 2010.

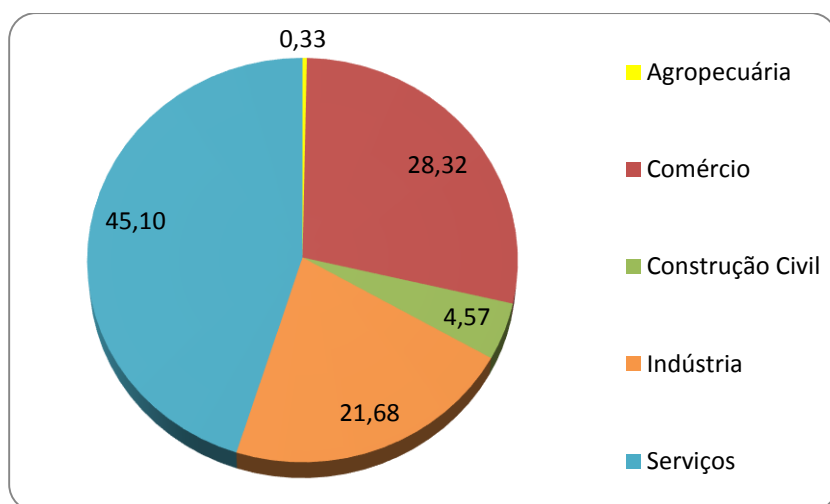


Figura 9.3.1.9-2b: Participação dos vínculos empregatícios por setor de atividade no Município de Jundiaí - 2010.

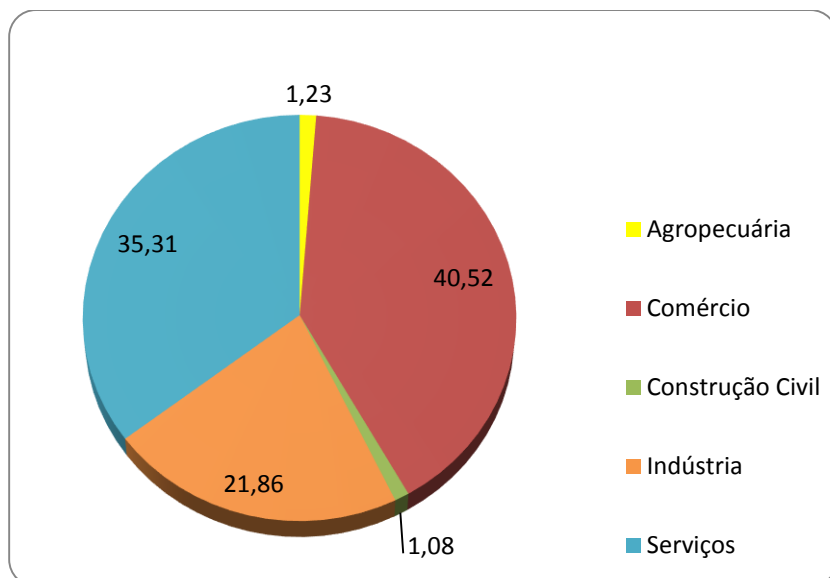


Figura 9.3.1.9-3c: Vínculos empregatícios por setor de atividade no Município de Louveira - 2010.

9.3.1.10. Uso e Ocupação do Solo

A análise do uso e ocupação do solo de um determinado território pode revelar diversas informações do local, tais como a realidade atual da região, vocação econômica, identificar áreas de vegetação e aglomerados urbanos. Esse tipo de dado facilita a interpretação espacial do uso da terra e as atividades nela envolvidas.

Sua aplicação pode se dar em diversos tipos de análise ou estudos, pois podem ser aplicadas na análise ambiental para evitar impactos significativos, auxiliar em uma tomada de decisão locacional, ou mesmo para caracterizar uma região.

Para este estudo ambiental foi utilizada a base de dados disponibilizada pelo Comitê de Bacia do PJC, Piracicaba, Jundiaí e Capivari. O mapeamento de uso do solo foi realizado em 2007 na AII, e publicados em formato vetorial em 2013, conforme consta no metadado disponibilizado no Sistema DATAGEO².

Para a classificação do uso do solo da AII, os dados foram reorganizados em oito categorias diferentes: Campo Antrópico, Corpos d'água, Cultivo Agrícola, Pastagens, Reflorestamento, Solo exposto, Vegetação Nativa e Área urbanizada.

O predomínio das classes de uso do solo está relacionado a atividades agrárias, as quais se somadas as áreas de Cultivo Agrícola, Pastagens e Reflorestamento, totalizam 36,20%.

A cobertura vegetal ocupa uma área também considerada significativa, aproximadamente 31% da AII, sendo a classe mais representativa da área de influência. As áreas urbanizadas também merecem destaque, pois somam mais de 20% da AII.

A **Figura 9.3.1.10-1** apresenta as classes de uso e ocupação do solo da AII e por município, com valores absolutos e percentuais.

² <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/>. Link acessado em: 09/04/2014.

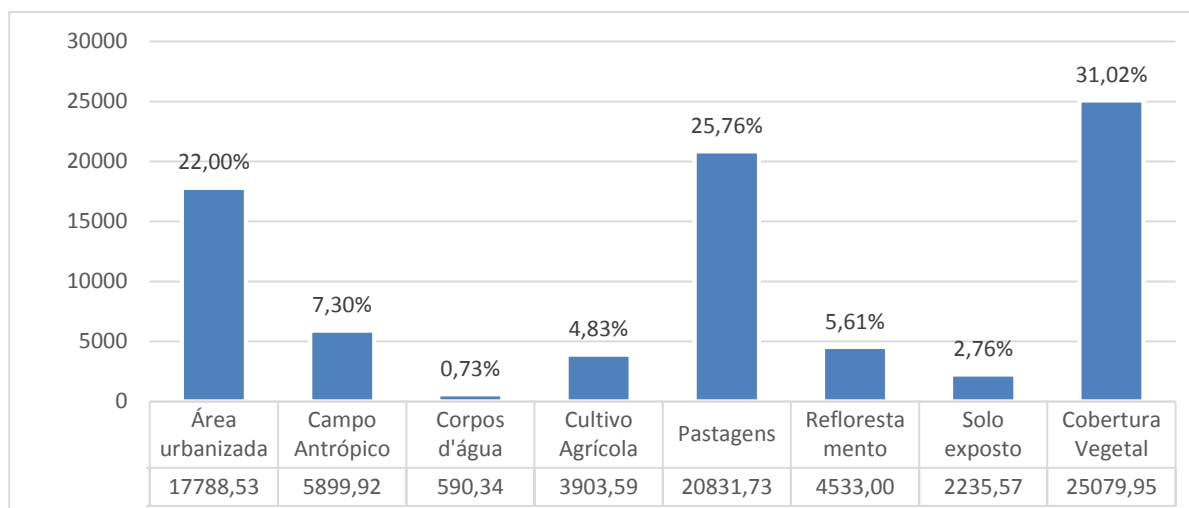


Figura 9.3.1.10-1(a): Classes de uso e Ocupação do Solo da AII.

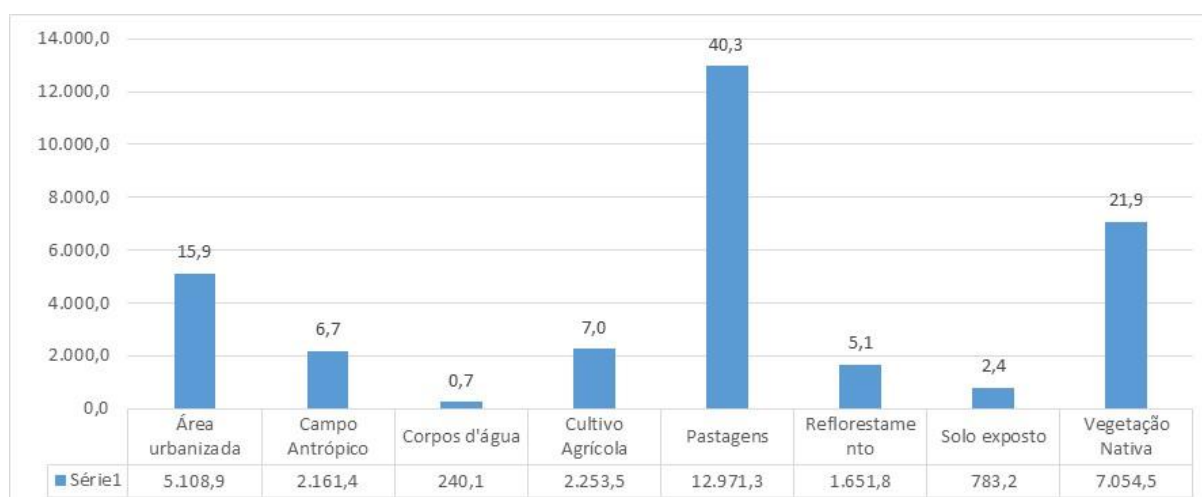


Figura 9.3.1.10-1 (b): Classes de uso e Ocupação do Solo - Itatiba.

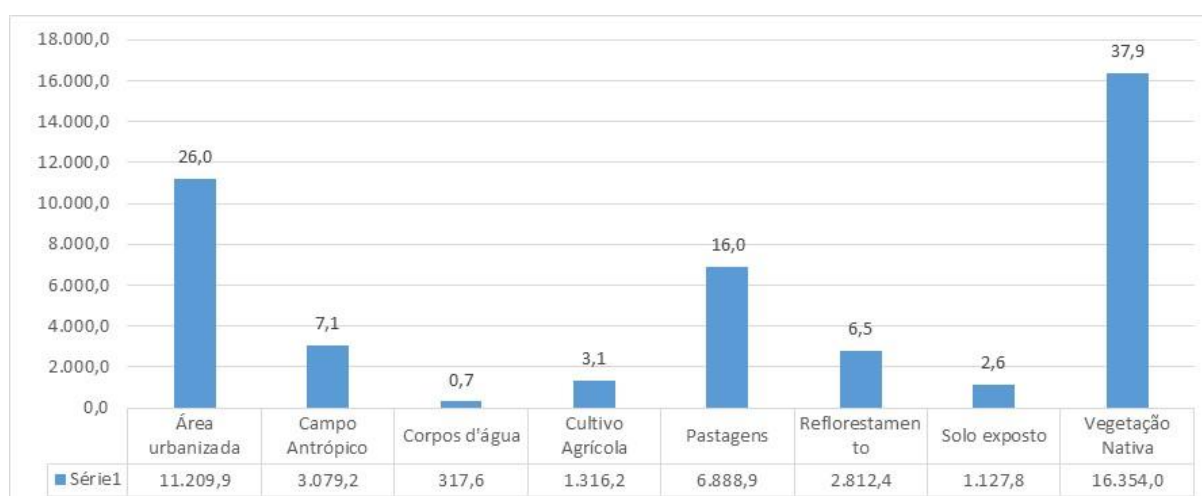


Figura 9.3.1.10-1 (c): Classes de uso e Ocupação do Solo - Jundiá.

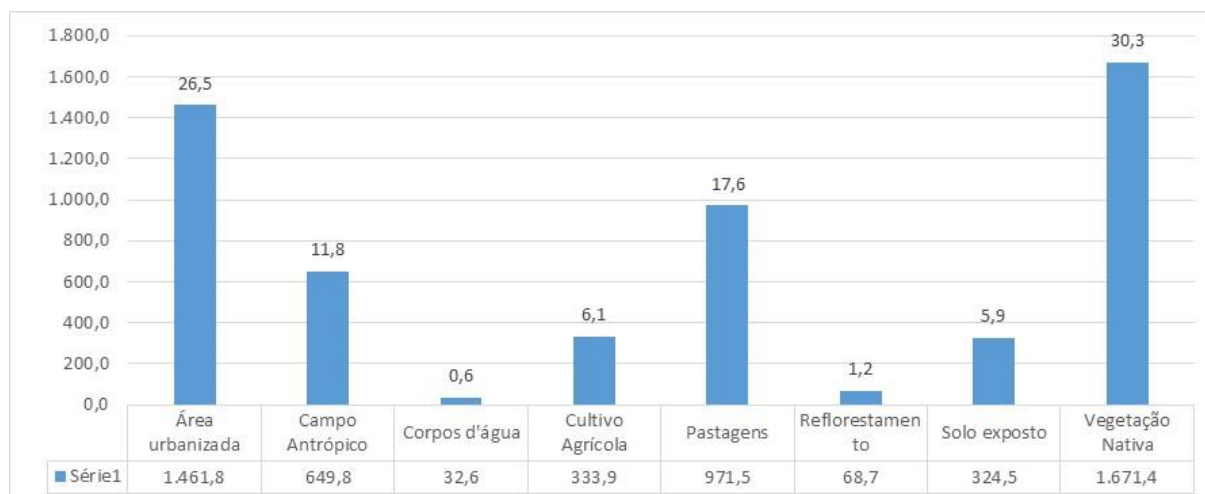


Figura 9.3.1.10-1 (d): Classes de uso e Ocupação do Solo - Louveira.

Especialmente na AII do empreendimento, destacam-se o cultivo agrícola de cana-de-açúcar e milho e uva. Os dados no **Quadro 9.3.1.10-1** a seguir demonstram a produção desses cultivos agrícolas no período de 2003 a 2010, para os municípios de Itatiba, Jundiaí, Louveira e o total do Estado de São Paulo (IBGE, 2010).

Quadro 9.3.1.10-1: Quantitativos da produção de cana-de-açúcar, milho e uva no período de 2003 à 2010, para os municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira, além do total do Estado de São Paulo.

Local	Produção Agrícola	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-açúcar									
Itatiba	Área Colhida (ha)	-	-	-	-	-	300	500	500
	Produção (ton)	-	-	-	-	-	24.000	4.000	40.000
Jundiaí	Área Colhida (ha)	40	40	42	40	40	40	-	28
	Produção (ton)	2.000	2.000	2.086	2.000	2.000	2.000	-	1.680
Louveira	Área Colhida (ha)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Produção (ton)	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado de São Paulo	Área Colhida (ha)	2.817.604	2.951.804	3.084.752	3.495.893	3.890.414	4.530.784	4.687.325	4.986.634
	Produção (ton)	227.980.860	239.527.890	254.809.756	289.299.376	329.095.578	386.061.274	389.001.898	426.572.099
Milho									
Itatiba	Área Colhida (ha)	1.000	1.300	900	600	800	560	-	1.300
	Produção (ton)	3.000	4.620	3.240	2.160	2.880	2.016	-	4.680
Jundiaí	Área Colhida (ha)	500	500	500	500	500	460	478	478
	Produção (ton)	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	1.070	2.000	1.434
Louveira	Área Colhida (ha)	30	55	56	56	51	51	-	51
	Produção (ton)	75	132	148	148	133	129	-	129
Estado de São Paulo	Área Colhida (ha)	1.114.180	1.073.620	1.074.521	1.049.400	904.147	965.907	768.410	768.759
	Produção (ton)	4.732.040	4.647.240	4.093.896	4.378.380	4.190.573	4.681.177	3.674.059	4.026.500
Uva									
Itatiba	Área Colhida (ha)	200	200	180	180	250	160	150	150
	Produção (ton)	2.490	2.490	2.490	2.490	3.750	2.460	2.264	2.250
Jundiaí	Área Colhida (ha)	1.957	1.939	1.632	1.800	1.918	1.800	1.843	1.843
	Produção (ton)	23.710	19.366	17.143	21.780	23.304	21.490	27.645	27.645
Louveira	Área Colhida (ha)	656	628	600	550	655	550	338	328
	Produção (ton)	7.868	6.262	8.757	7.700	9.825	7.600	3.116	5.278
Estado de São Paulo	Área Colhida (ha)	12.395	11.990	10.906	10.414	11.112	10.565	11.216	9.764
	Produção (ton)	224.470	193.300	190.660	195.357	198.123	193.534	185.123	188.022

Fonte: IBGE, 2010

Já o **Quadro 9.3.1.10-2** mostra a importância da AII na dos cultivos de cana-de-açúcar, milho e uva na produção estadual. Entre os anos de 2003 e 2010, os municípios de Itatiba, Jundiaí e Louveira eram responsáveis em média por 23% da produção de uva do Estado.

A produção de milho e de cana-de-açúcar não é expressiva sendo em 2013, 0,011% da produção de cana-de-açúcar do Estado e de 0,24% da produção de milho.

Quadro 9.3.1.10-2: Produção de cana-de-açúcar, milho e uva na AII, com relação à produção estadual.

Produção Agrícola	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-açúcar								
Soma da Área Colhida (ha)	40	40	42	40	40	340	500	528
Percentual Relativo à área colhida do Estado (%)	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,008	0,011	0,011
Milho								
Soma da Área Colhida (ha)	1.530	1.855	1.456	1.156	1.351	1.071	478	1.829
Percentual Relativo à área colhida do Estado (%)	0,14	0,17	0,14	0,11	0,15	0,11	0,06	0,24
Uva								
Soma da Área Colhida (ha)	2813	2767	2412	2530	2823	2510	2331	2321
Percentual Relativo à área colhida do Estado (%)	22,69	23,08	22,12	24,29	25,40	23,76	20,78	23,77

Fonte: IBGE, 2010

Apesar dessa intensa produção agrícola nos municípios que compõem a AII do empreendimento, as áreas de pastagem ainda ocupam grandes extensões dos territórios municipais.

A vegetação original encontra-se apenas em alguns remanescentes, geralmente associada às margens dos cursos d'água.

9.3.1.11. Comunidades Tradicionais

Conforme art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, define-se Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nesse contexto, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Considerando a proteção de tais comunidades para essa escala de análise foram pesquisados dados sobre comunidades Indígenas e Quilombolas, devido as implicações legais de interferências próximas a tais populações, abordadas na Portaria Interministerial 419/2011.

Caso ocorram interferências em Territórios Indígenas e Quilombolas, caberá à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) à Fundação Cultural Palmares (FCP) a elaboração de parecer no processo de licenciamento ambiental, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011, a qual estabelece como:

- Terra indígena: as áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados;
- Terra quilombola: as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, devidamente publicado.

A portaria ainda estabelece em seu § 2º, incisos I e II, que interferência é qualquer atividade ou empreendimento, submetido a licenciamento ambiental, que possa se localizar em terra indígena ou quilombola, ou que possa gerar dano socioambiental direto no interior das comunidades.

Nos casos de empreendimentos rodoviários, deve-se avaliar a ocorrência desses territórios no entorno de 40 km (quando o segmento estiver inserido em Amazônia Legal) ou 10 km (para as demais regiões).

Cabe ressaltar que o Estado de São Paulo está fora dos limites da Amazônia Legal, portanto para esta análise foram considerados 10km de distância entre a rodovia e estes territórios.

➤ Terras Indígenas

De acordo com o banco de dados da FUNAI e dos limites propostos pela Portaria 419/2011, no entorno do segmento em análise da Rodovia SPI-081/360, não ocorrem Terras Indígenas.

➤ Comunidades de Remanescentes Quilombolas

De acordo com os dados disponíveis no Acervo Fundiário do Incra e dos limites propostos pela Portaria 419/2011, no entorno do segmento em análise da Rodovia SPI-081/360, tem-se a ocorrência da comunidade Brotas, que abriga 27 famílias. A comunidade se encontra a cerca de 3 km do empreendimento no município de Itatiba.

Quadro 9.3.1.11-1: Comunidades de Remanescentes Quilombolas

Comunidade	Município	UF	Número do Processo	Data de Publicação	Número de Famílias	Área (ha)
BROTAS	ITATIBA	SP	54190.001267/05-76	12/05/2006	27	12,56

9.3.1.12. Projetos de Assentamento da Reforma Agrária

Projetos de Assentamentos Rurais podem ser definidos como novas unidades de produção agrícola, criadas por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola (Bergamasco, 1996).

O instrumento governamental utilizado para a implantação dos Assentamentos Rurais é a Reforma Agrária. O Estatuto da Terra, Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, define o termo como o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

Considerando o processo de transformação social e reorganização do uso da terra, foi consultado o Acervo Fundiário do INCRA³ com a finalidade de identificar os assentamentos rurais que possuem territórios sobrepondo os municípios da AII, através da pesquisa não foram encontrados Projetos de Assentamento de Reforma Agrária na AII, como pode ser observado na **Figura 9.3.1.12-1**.

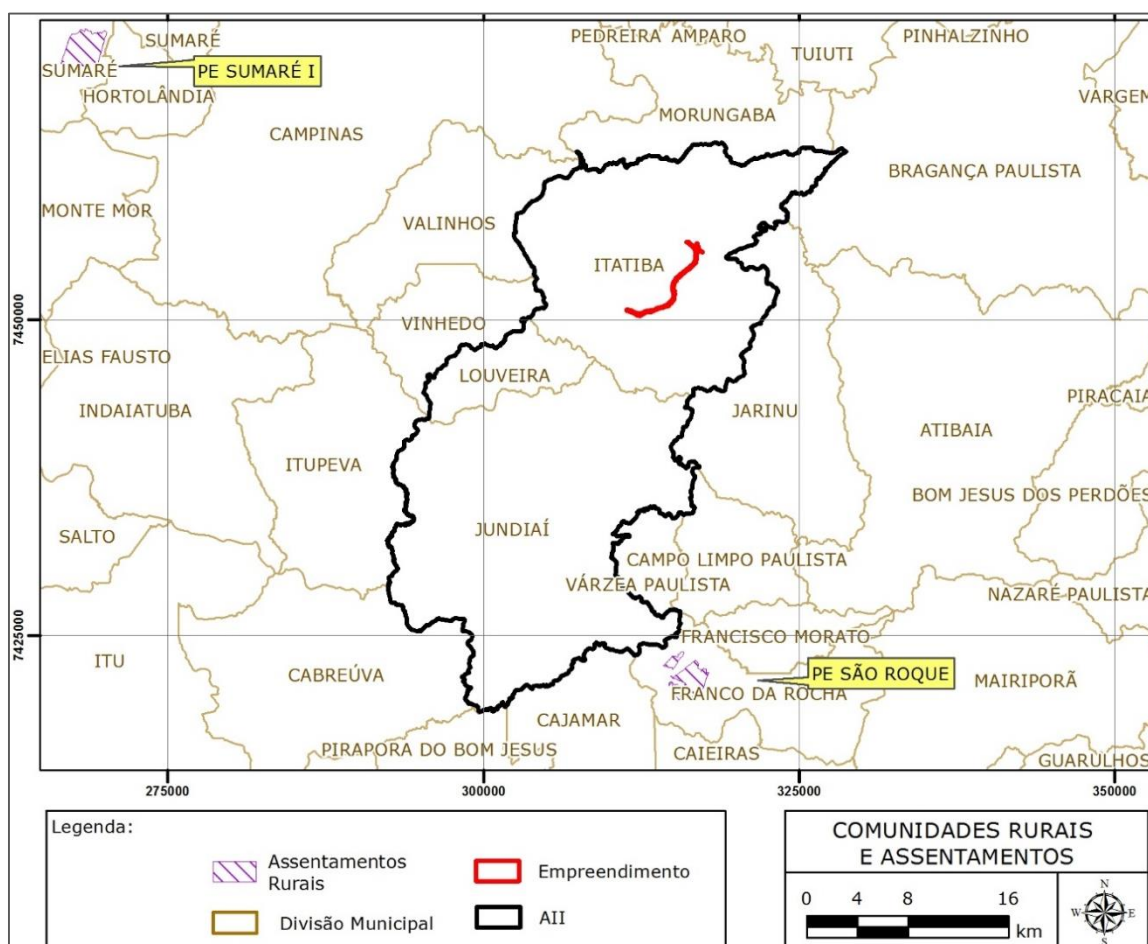


Figura 9.3.1.12-1: Comunidades Rurais e Assentamentos (Acervo Fundiário do INCRA).

³ <http://acervofundiario.incra.gov.br/>. Acessado em 05/11/2014.